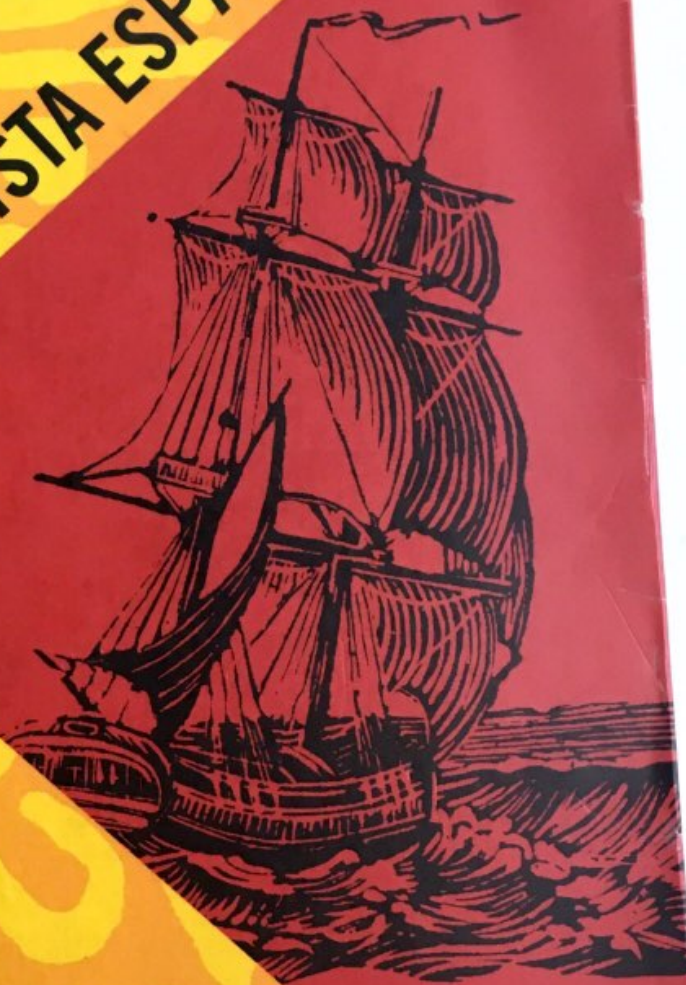


Matthew Restall

# SETE MITOS DA CONQUISTA ESPANHOLA



3  
ILIZAÇÃO  
SILEIRA

COPYRIGHT © 2003 by Oxford University Press, Inc., Nova York, NY, EUA

TÍTULO ORIGINAL  
*Seven Myths of the Spanish Conquest*  
Esta tradução de *Sete mitos da conquista espanhola*, publicado originalmente em inglês em 2003, foi publicada mediante acordo com a Oxford University Press, Inc.

CAPA  
*Evelyn Gramsch*  
PROJETO GRÁFICO  
*Evelyn Gramsch e João de Souza Leite*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R344s  
Resall, Matthew, 1964-  
Sete mitos da conquista espanhola / Matthew Resall; tradução de Cristina de Assis Serra. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Tradução de: *Seven myths of the spanish conquest*  
Inclui bibliografia  
ISBN 85-200-0688-4

1. Espanha - América - História. 2. México - História - Conquista, 1519-1540 - História. 3. América Latina - História - Erros. I. Título.

06-0556 CDD - 980.013072  
CDU - 94(8)

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta tradução adquiridos pela  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA  
Um selo da  
EDITORA RECORD LTDA  
Rua Argentina 171 - Rio de Janeiro, RJ - 20921-380 - Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL  
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ - 20922-970  
Impresso no Brasil  
2006

*Para todos os que  
já foram meus alunos;  
Para Jim e Felipe,  
de quem sempre serei aluno;  
E para Lucy,  
aluna do amanhã.*

5 O capítulo 5 conduz o leitor pelos caminhos sombrios do que denominarei "mito da (falha na) comunicação", alegando que, do mesmo modo como os próprios espanhóis fabricaram o mito de que conseguiram comunicar-se com os líderes nativos, também os modernos historiadores, tendendo à direção oposta, geraram um contramito em torno da falta de comunicação entre hispânicos e nativos. Uma posição intermediária entre os dois extremos possibilita uma melhor compreensão de como espanhóis e nativos acabaram encarando as intenções uns dos outros. Da questão dos papéis dos nativos passamos então à das suas reações. No capítulo 6, discordo do equívoco comum de que a Conquista reduziu a nada o mundo americano nativo:<sup>14</sup> de maneiras diversas e profundas, as culturas nativas mostraram-se flexíveis e adaptáveis, ostentando uma vitalidade obstinada e um leque heterogêneo de respostas às interferências externas — e mesmo a capacidade de reverter o impacto da conquista e transformar as calamidades em oportunidades.

O capítulo final discute o mito supremo, o conceito angular que, durante cinco séculos, constituiu a explicação mais simples — e fácil — da Conquista: o mito da superioridade espanhola, desdobraimento da noção mais ampla de superioridade europeia e cerne das ideologias racistas que deram sustentação à expansão colonial, de fins do século XV até princípios do XX.

O epílogo tem como referência o encontro, ocorrido em 1525, entre Cortés, Cuauhémoc — último imperador asteca — e Paxbolonacha, governante de um pequeno reino maia. Esse incidente, tão negligenciado pelos historiadores, é apresentado aqui como ilustrativo de todos os temas da Conquista discutidos no livro, sendo considerado tanto do ponto de vista dos sete mitos quanto do de seus contrapontos. Os mitos que cercam a morte de Cuauhémoc, que constituiu o climax do episódio, funcionam como metáforas dos mitos mais amplos a respeito da Conquista Espanhola.

## capítulo 1 Um punhado de aventureiros *O mito dos homens excepcionais*

“O Sr. Cristóvão Colombo  
cruzou os mares sem bússola.  
E quando começou um motim  
assim Colombo falou:  
‘Há terra em algum lugar.  
Até chegarmos lá  
Não vamos fazer besteira,  
se cantarmos uma bela canção.  
Como a Terra é redonda,  
Estaremos em segurança.  
Até alcançarmos o objetivo,  
não vamos perder o ritmo.’  
Logo os marinheiros, contentes,  
puseram-se a gritar,  
‘Behamos a Isabel-lal  
Tragam o rum!’  
A música pôs fim ao tumulto.  
Muito esperto, esse Colombo.”

Andy Razaf (1936)

“A Conquista do México e a conversão dos povos da Nova Espanha podem e devem ser incluídas entre as histórias do mundo, não só por terem sido bem-sucedidas mas porque foram tão grandiosas (...). Longa vida, pois, ao seu nome e memória [de Cortés], que conquistou tão vasta terra, converteu tamanha multidão de homens, derrubou tantos ídolos e pôs fim a tantos sacrifícios e ao consumo de carne humana!”

Francisco López de Gómara (1552)

“Quando, em tempos antigos ou modernos, tão amplas empreitadas, com tão poucos homens, lograram êxito contra tão vasto contingente? (...) E quem se igualou aos filhos de Espanha? Certamente não os judeus, nem gregos, nem romanos, sobre os quais quase tudo já se escreveu.”

Francisco de Jerez (1534)

“Os abismos profundos de cega parcialidade a que podem descer os homens, tão menos preocupados são com a verdade da história que com a fama de suas criaturas.”

Aaron Goodrich (1874)

Um dos grandes temas da literatura histórica dos últimos cinco séculos tem sido a avaliação do descobrimento das Américas pelos europeus como um dos dois maiores acontecimentos da história da humanidade. Talvez a primeira vez que tal raciocínio ganhou expressão escrita foi na afirmação do filósofo paduano Lazzaro Buonamico, em 1539, de que nada trouxera maior honra à humanidade que “a invenção da imprensa e a descoberta do Novo Mundo — dois eventos que sempre achei comparáveis não só à Antiguidade, mas à imortalidade”. Pronunciamento similar, porém mais célebre, foi feito por Francisco López de Gómara, secretário particular e biógrafo oficial de Hernán Cortés, em 1552. “O maior acontecimento desde a criação do mundo (excluída a encarnação e morte daquele que o criou)”, escreveu Gómara, “foi a descoberta das Índias Ibe, das Américas!”<sup>1</sup>

No século XVIII, o “descobrimento” compartilhava seu primeiro lugar com uma realização europeia afim:<sup>2</sup> “Nenhum acontecimento”, escreveu o filósofo francês Abbé Raynal em 1770, “teve tanto interesse para a humanidade em geral (...) quanto o descobrimento do Novo Mundo e a passagem para a Índia pelo Cabo da Boa Esperança.” Seis

anos mais tarde, o economista Adam Smith cunhou uma versão mais ousada dessa avaliação, afirmando que “a descoberta da América, bem como a de uma passagem para as Índias Orientais pelo Cabo da Boa Esperança, são os maiores e mais relevantes acontecimentos já registrados na história da humanidade”.<sup>3</sup>

Na mais recente encarnação desse tema, o Descobrimento adquiriu uma companhia distintamente moderna. Escrevendo às portas da era espacial, em 1959, o intelectual e historiador Lewis Hanke enfocou não tanto o Descobrimento, mas o debate subsequente a respeito dos americanos nativos. “Por mais longe que os foguetes possam penetrar no espaço”, indagou, “será possível que surjam problemas mais significativos que aqueles com que se defrontaram tantos espanhóis durante a tomada da América?” Com espírito similar, mais de uma década após a chegada do homem à Lua, o semiótico Tzvetan Todorov declarou que as viagens dos astronautas detinham importância secundária, na medida em que não conduziam a “encontro nenhum”. Em contrapartida, “o descobrimento da América, ou das Américas, foi sem dúvida o mais extraordinário encontro da nossa história”.<sup>4</sup>

A associação entre singrar os mares e cruzar o espaço fica particularmente explícita no Smithsonian’s National Air and Space Museum. Numa exposição intitulada *Para onde agora, Colombo?*, as conquistas exploratórias da humanidade são contextualizadas numa trajetória iniciada com as viagens transatlânticas de Colombo, passando pela colonização do noroeste da América pelos europeus e chegando ao auge nas viagens espaciais. Um dos painéis da exposição chega a apresentar Colombo e a Lua como parte da mesma constelação.<sup>5</sup>

Tal representação ilustra uma segunda temática, que vem correndo em paralelo à do “maior de todos os acontecimentos” desde os tempos do próprio Colombo: a caracterização da descoberta e conquista das Américas pelos europeus como uma façanha levada a cabo por alguns poucos grandes homens. O tema pode ser sintetizado também numa expressão usada com cada vez mais frequência nos textos — um punhado de aventureiros. As origens dessa interpretação remontam ao

próprio período da Conquista, e versões dessa expressão podem ser encontradas já no século XVIII; Denis Diderot, por exemplo, descreveu os conquistadores como um mero “punhado de homens”.<sup>6</sup> A versão que creio ser emblemática, todavia, parece ter sido cunhada em 1843, pelo grande historiador do século XIX William Prescott. A tomada do México, escreveu ele, consistiu na “subversão de um império por um punhado de aventureiros”.<sup>7</sup> Desde então, essa expressão e suas variantes tornaram-se inevitáveis na literatura histórica. A Conquista é a história de “como um punhado de espanhóis conquistou dois impérios”; Cortés e Francisco Pizarro derrubaram impérios “liderando tão-somente pequenos bandos de aventureiros”, com “não mais que um punhado de homens”; a tomada do Peru foi empreendida por “aventureiros analfabertos” ou “por apenas um punhado de homens”, e a do México por “um pequeno contingente de aventureiros espanhóis” ou “um bando variado de aventureiros hispânicos”.<sup>8</sup>

Como seria de se esperar, os dois temas deram origem a um terceiro: se o maior acontecimento da História — o descobrimento e conquista das Américas pelos europeus — foi levado a cabo apenas por um “punhado de aventureiros”, como eles conseguiram? Nas palavras de Francisco de Jerez, conquistador do Peru que publicou em 1534 um relato da invasão inicial do Império inca pelos espanhóis: “Quando, em tempos antigos ou modernos, tão amplas empreitadas, com tão poucos homens, lograram êxito contra tão vasto contingente?” Tal pergunta é repetida até hoje pelos historiadores. “O que (...) possibilitou uma vitória tão tremendamente implausível?”; “Como pequenos bandos de conquistadores lograram êxito contra tão poderosos e poderosos Estados?”; “Como puderam impérios tão poderosos quanto os dos astecas ou incas ser devastados com tanta rapidez por algumas centenas de espanhóis?”<sup>10</sup>

Essa questão representa “um dos mais intrigantes problemas já enfrentados pelos historiadores”<sup>11</sup> e, com efeito, constitui o cerne desse livro — não só porque as soluções que já lhe foram dadas com freqüência contêm elementos de todos os sete mitos dissecados nestas

páginas, mas também porque a própria formulação da pergunta é, em si, profundamente capciosa. Essa é a tampa da Caixa de Pandora dos mitos da Conquista. Encarada dentro dos limites circulares desses três temas, a questão de “como” responde-se sozinha. Como tão poucos poderiam ter realizado algo tão grandioso? Porque eram homens de grandeza excepcional. Esse é o mito abordado neste primeiro capítulo.



Em 1856, o artista mexicano José María Obregón concluiu um quadro intitulado *Inspiração de Cristóvão Colombo* (ver Figura 2).<sup>12</sup> A pintura captura os dois elementos centrais do mito de Colombo — o uso brilhante que teria feito da tecnologia de seu tempo e, sobretudo, a genialidade de sua visão. A fonte de sua inspiração é o próprio oceano e o que ele de algum modo sabe que se encontra para além de suas águas. Colombo mira o horizonte atlântico, vendo-o não como uma fronteira linear, mas como a porta de entrada curva de um novo mundo.

O quadro na verdade é muito mais revelador da mentalidade vigente no século XIX e das visões a respeito de Colombo na época de Obregón que da personalidade do próprio navegador. De fato, o aspecto mais extraordinário da concepção geográfica de Colombo era que ela estava errada. Suas proezas foram fruto de um acidente histórico e de sua participação num processo histórico muito mais abrangente do que ele mesmo. Analogamente, os espanhóis que depois cruzariam o Atlântico faziam parte de um processo constituído por uma miríade de pretensos conquistadores. Essas pessoas, bem como aquelas com quem se depararam — não um mero punhado de homens supostamente grandes e notáveis — foram as responsáveis pelos acontecimentos que se seguiram.

Entre esses espanhóis, Cortés e Pizarro foram os mais célebres. Com efeito, o mito dos homens excepcionais gira em torno de três figuras monumentais, que ainda hoje — quase um milênio após sua morte — desfrutam de extraordinário renome. Em certo sentido, as

reputações de Colombo, Cortés e Pizarro se justificam. Um descobriu as Américas para os europeus do início dos tempos modernos, e os outros dois lideraram as primeiras expedições a encontrar e promover a destruição parcial dos dois maiores impérios existentes nas Américas em princípios do século XVI (os astecas e os incas). Como diz Colombo no filme de Sir Ridley Scott, *1492: A conquista do paraíso*, resumindo as façanhas de sua vida: “Eu fiz, vocês não.”<sup>13</sup> O império espanhol nas Américas, portanto, foi, no sentido mais simples, viabilizado pelos feitos desses três indivíduos; para erguê-lo, bastou que os espanhóis encontrassem as Américas e seus principais centros populacionais.

Apesar de sem dúvida ser demasiado fácil usar Colombo, Cortés e Pizarro como personagens dantescos que mais ou menos explicam a Conquista como um todo, é justamente a simplicidade do modelo que ajuda a explicar seu apelo incessante. Parece haver um impulso humano para personalizar o passado, tornar inteligíveis e acessíveis processos complexos, reduzindo-os a personagens emblemáticos e a uma narrativa de seus feitos. O apelo adicional dessa redução é que ela confere a seus adeptos a chance de moldar a história e seus protagonistas. Em instantes veremos como se deu esse processo com relação aos exemplos de Colombo e Cortés.

Minha intenção é não denegrir de todo essa técnica de escrita histórica; afinal, também eu a adoto neste livro. Tampouco pretendo tecer uma narrativa em que as atitudes individuais estejam inteiramente subordinadas a forças estruturais e fatores de mudanças sociais mais amplos. Em sua forma absoluta, contudo, a abordagem dos “grandes homens” ignora os papéis desempenhados por processos mais vastos de transformação social, deixando de reconhecer o significado do contexto e a proporção em que os grandes homens são obrigados a reagir a — mais que modelar — eventos, forças e os muitos outros seres humanos que os cercam. O foco em um número restrito de sujeitos proeminentes marginaliza os diferentes outros indivíduos cujas vidas foram similares às dos grandes, exceto pelas circunstâncias históricas — que com frequência podem ser descritas como acidentes históricos —

que os deslocaram para outro tempo e lugar. Do mesmo modo, tal opção torna praticamente invisíveis os americanos nativos e africanos que desempenharam papéis cruciais nesses acontecimentos e cuja inclusão na história da Conquista torra-a tão mais interessante e, em última instância, mais inteligível.

A explicação completa do mito dos homens excepcionais será adobrada por todos os sete capítulos, culminando no mito com o qual guarda relação mais íntima, o da superioridade. Não obstante, este capítulo já fornece uma explicação alentada do mito, por meio das discussões interligadas de três seções. A primeira examina o papel de Colombo na elaboração do mito. A segunda descreve o desenvolvimento da lenda do conquistador — concentrando-se em Cortés como o mais enaltecido de todos — desde a fundação do mito, no século XVI, até a atualidade. A terceira e última seção do capítulo esmiúça os sete principais elementos dos padrões de ação do conquistador — procedimentos que nada tinham de exclusivos dos visionários ou de uns poucos de inteligência privilegiada, constituindo práticas correntes de todos os protagonistas hispânicos da Conquista.



O quadro de Colombo pintado por Obregón provavelmente seria considerado, pela maioria dos observadores de hoje, não um retrato histórico fidedigno, mas uma alegoria. Pode-se argumentar que, por mais que Colombo não tenha passado tanto tempo olhando o Atlântico (exceto, talvez, durante sua travessia), decerto foi inspirado por suas possibilidades. Do mesmo modo, a música de Berry/Razaf até certo ponto não passa de uma cançoneta espirituosa da era do *swing*, que não deve ser levada muito a sério; por outro lado, seu humor só faz sentido se partirmos do princípio de que o ouvinte já tem Colombo em conta de sagaz e visionário. A letra parodia tal sagacidade, já que defender a possibilidade de evitar um motim dando uma festa (idéia nada original nem visionária) só tem graça quando se sabe que ele é o

"bom e velho Cristóvão Colombo", por motivos mais significativos em termos históricos.<sup>14</sup>

Um desses motivos foi o que o historiador Felipe Fernández-Armesto chama de "conto-do-vigário" — a saber, o supostamente extraordinário conhecimento que Colombo teria da esfericidade do planeta. Como entoa ele na canção: "Como a Terra é redonda, estaremos em segurança".<sup>15</sup> Foi essa mesma lenda que serviu de referência para a cena de abertura do filme de Ridley Scott, em que Colombo, numa pose que lembra a do quadro de Obregón, está sentado nas pedras, olhando o mar, acompanhado de um de seus filhos. Descascando uma laranja, ele diz para o garoto observar como um navio desaparece na linha do horizonte. Mais uma vez, quer o espectador tome a cena por uma descrição histórica exata ou mera alegoria dramática, a seqüência só funciona por causa da premissa razoável do cineasta de que a platéia percebe o significado da laranja. Claro que, quando termina de descascar a fruta e o navio desaparece por completo, Colombo enuncia sua brilhante associação entre o formato da laranja e o do mundo — "O que foi que eu disse? É redondo. Assim. Redondo!"<sup>16</sup>

O historiador Jeffrey Burton Russell escreveu um livro sobre esse aspecto do mito de Colombo, encontrando sua origem no relato da *Vida e Viagens de Cristóvão Colombo*, de Washington Irving. Irving faz uma descrição vívida de um debate ocorrido em Salamanca, em 1486, entre Colombo e uma junta de sábios, professores, freis e outros dignitários da Igreja da Espanha, que citavam autoridades ancestrais para respaldar sua tese de que a Terra era plana. Colombo, o visionário audacioso, arriscou-se à condenação por heresia ao defender sua crença de que o planeta era esférico. Tal cena seria repetida nas mais variadas formas pelos historiadores nos cem anos seguintes.

O problema é que o episódio foi, em grande parte, fictício. A reu-nião de Salamanca, ocorrida em 1486 ou 1487 (e apenas dois dos tais sábios podem ser identificados com certeza) na verdade girou em torno da extensão do oceano a oeste — com Colombo defendendo que a

distância da Espanha até a Ásia era menor do que diziam as autoridades. "Todos concordaram que o que o Almirante asseverava era impossível", testemunharia mais tarde um dos professores presentes. Estavam certos quanto a esse aspecto — bem como em sua certeza de que a Terra era redonda, crença compartilhada por todos os europeus cultos daquele tempo. Embora Samuel Eliot Morison tenha assinalado em sua famosa biografia de Colombo, de 1942, que o debate de Salamanca sobre se o mundo seria plano ou redondo não passou de "pura ilusão", o mito arraigou-se e resiste à extirpação até hoje.<sup>17</sup>

Como observou recentemente Umberto Eco, a maioria das pessoas, quando indagadas sobre "o que Cristóvão Colombo queria provar", responde que "Colombo acreditava que a Terra era redonda, enquanto os sábios de Salamanca afirmavam que era achatada — e, portanto, depois de navegarem um pouco, as três caravelas afundariam no abismo cósmico".<sup>18</sup> Entretanto, apesar de os homens de Salamanca estarem certos (quanto ao tamanho da Terra), também estavam errados (com relação ao que havia a oeste). E, embora Colombo se enganasse (acerca do tamanho do planeta), também acertou (quanto a chegar em terra navegando para oeste). No fim das contas, não foi nem a visão nem o gênio posteriormente atribuídos a Colombo pelos fabricantes de mitos que lhe permitiram agarrar-se com obstinação ao seu erro e ainda acabar acertando, mas (no dizer de Eco) "pura serendipidade".<sup>19</sup>

Sem dúvida pode ter sido, sim, serendipidade, mas foi também processo histórico. Para compreendermos como Colombo se enquadra no mito dos homens excepcionais, é preciso situá-lo no duplo contexto de dois processos históricos distintos. O primeiro, ocorrido no século XV, foi o da expansão lusitana pelo Atlântico. O segundo, do século XIX, foi o da construção do moderno mito de Colombo num universo anglófono.

Colombo tinha fortes laços com os portugueses. Apesar de genovês, e de a patrocinadora de suas viagens pelo Atlântico ter sido a Rainha



Isabel de Castela, Colombo passou a maior parte de sua vida, a partir da década de 1470, em Portugal. Em fins dos anos 1470 ele desposou a filha de um colono do Atlântico português e fez tentativas persistentes para obter patrocínio da Coroa lusa — tanto antes quanto depois de recorrer à monarca castelhana pela primeira vez.

Suas ligações portuguesas tendem a ser ignoradas nas representações célebres de Colombo, por inúmeros motivos. Um deles é o fato óbvio de que o contrato que Colombo acabou firmando com Isabel acarretaria, nas Américas do século XVI, conquistas muito mais espalhadas que lusitanas. Outro reside na história repleta de clichês que é ensinada nas escolas, baseada no mito de Colombo elaborado no século XIX.<sup>20</sup> O próprio Colombo, contudo, também carrega sua parcela de culpa. Os anos que passou como um estrangeiro que propagava idéias errôneas sobre o tamanho do mundo fomentaram uma imagem de peculiaridade individual com toques de paranóia — que ele não hesitava em promover por escrito. “O ícone do predestinado solitário”, como escreve Fernández-Arnesto, “batendo-se contra a ortodoxia dominante para realizar um sonho à frente do seu tempo, é derivado de sua própria auto-imagem de forasteiro sem amigos, vítima da zombaria de um sistema científico e social que relutava em aceitá-lo”.<sup>21</sup> Por conseguinte, os escritos do próprio Colombo acabariam alimentando a formação de lendas e mitos a seu respeito — inclusive a omissão do contexto português.

Esse contexto tem profunda relevância porque, se examinarmos o Portugal de antes de e durante a época de Colombo, fica claro até que ponto a visão e o tipo de experiência anterior do navegador genovês transplantado nada tinham de singulares.<sup>22</sup> Muitos outros criaram e contribuíram para o processo de expansão de que Colombo faria parte. Duzentos anos antes de Colombo cruzar o Atlântico, os navegadores do sul da Europa haviam rompido os limites mediterrâneos e penetraram no Atlântico. Dentre eles destacam-se os irmãos Vivaldi, que partiram de Gênova em 1291 no que acabaria sendo

uma viagem só de ida para o oeste. Durante o século XIV e início do XV, então, foi se desenhando uma nova zona de navegação, limitada pelos Açores ao norte, as ilhas Canárias ao sul e os litorais ibérico e africano a leste.<sup>23</sup>

Por fim, da década de 1420 em diante, foi criada e mapeada uma nova área de exploração e navegação no Atlântico central e ocidental. Ao longo das décadas de 1450 e 1460, as ilhas de Flores e Corvo\*, as de Cabo Verde e as do Golfo da Guiné foram exploradas. As ilhas da Madeira e as Canárias foram colonizadas e convertidas em possessões de plantação de cana-de-açúcar e, em 1478, as primeiras já eram as maiores produtoras do Ocidente. Os mapas da época mostram como foi significativa e ampla a descoberta do espaço atlântico; especulações sobre as terras e características do oceano são o traço mais marcante da cartografia do século XV.<sup>24</sup>

Muito embora homens das cidades-Estados italianas estivessem envolvidos desde o princípio e os castelhanos tivessem participação crescente no processo (especialmente, a partir do fim do século XIV, na competição hostil pelo controle das Canárias), foi Portugal que dominou essa expansão. Os navegadores italianos eram cooptados pela monarquia lusa (à qual mais tarde se juntariam os flamengos) de maneira sistemática e bastante eficaz, permitindo que o novo império português controlasse a colonização do Atlântico (com exceção das Canárias) e as iniciativas expansionistas.<sup>25</sup>

Tais iniciativas incluíram o mapeamento contínuo do litoral africano, com o objetivo de contornar a base do continente e estabelecer uma rota para as Índias Orientais. Em 1486, os portugueses estavam tão confiantes na iminência de seu sucesso que seu embaixador no Vaticano, Vasco Fernandes de Lucena, apresentou tais esforços ao Papa Inocência VIII ainda durante sua coroação, como algo digno de bênção imediata. As explorações lusitanas até o momento permitiam ao em-

\*Ilhas ocidentais do Arquipélago dos Açores. (N. da T.)

baixador “antever quantas e quão vastas acumulações de fortunas, honras e glória recairão não só sobre toda a cristandade, mas também (...) esta sacratíssima Sé de Pedro”. O pontífice mordeu a isca, e no ano seguinte emitiu uma de suas assim chamadas bulas de expansão, dando seu beneplácito às ambições imperiais portuguesas.<sup>26</sup>

Colombo procurou inserir-se nesse processo com uma angústia crescente ao longo das décadas de 1480 e 1490 — mas durante muito tempo seus esforços foram vão, porque lhe faltavam os contatos e as idéias persuasivas de outros navegadores. Mesmo depois do êxito de sua travessia (e retorno) do Atlântico, o grau de seu sucesso foi questionado — e era questionável dentro do contexto de então. As ilhas que descobrira (no Caribe) localizavam-se na zona assegurada aos portugueses pela bula papal — e, embora em 1494 o pontificado intermediasse um tratado luso-castelhano que redefiniria essas zonas, ao longo da década de 1490 foi ficando cada vez mais claro que Colombo não descobrira a tão almejada rota marítima para as Índias Orientais, mas vinha mentindo a esse respeito para a Rainha Isabel. Em 1499, então, Vasco da Gama voltou de sua bem-sucedida viagem ao redor do Cabo, e ficou claro que os portugueses haviam vencido a corrida, afinal.

O prejuízo para a carreira de Colombo foi irreversível. Sua insistência em que descobrira ilhas da costa asiática, e portanto a cobiçada rota marítima para esse continente, mostrou-se inútil diante da crescente materialidade das evidências de que se tratava de terras inteiramente novas. Ao que parecia, Colombo mentira em razão de seus honorários contratuais; percebendo a extensão de seu fracasso e duplicidade, a Coroa de Castela enviou um agente ao Caribe para prendê-lo e levá-lo agrilhado de volta à Espanha. Conquanto mais tarde lhe fosse permitido cruzar o Atlântico, ficou proibido de visitar o Caribe e foi destituído dos títulos de almirante e vice-rei das Índias — os quais lutara para incluir em seu contrato original e constituíam, sem sombra de dúvida, o objetivo central de sua carreira. Nesse inte-

rín, esses mesmos títulos foram conferidos pela Coroa portuguesa a Vasco da Gama.<sup>27</sup>

O fato de serem as viagens de Colombo, e não as de Vasco da Gama, que acabaram mudando os rumos da história mundial, não se deveu ao mérito do genovês. Suas descobertas não passaram de um subproduto geográfico acidental de uma expansão portuguesa que se desenrolava havia dois séculos, da disputa entre portugueses e castelhanos pelo controle do Atlântico, que já durava um século, e da competição dessas duas potências por uma rota marítima para a Índia — disputa essa que era mais velha do que o próprio Colombo. Ademais, se Colombo não tivesse chegado às Américas, algum outro dentre inúmeros navegadores o faria dentro de uma década.<sup>28</sup> Exemplo proeminente é o do português Pedro Álvares Cabral, que explorou o litoral brasileiro em 1500, depois de alcançá-lo também na tentativa de chegar à Ásia (contornando o Cabo). Em 1499, Alonso de Ojeda velejara até a costa venezuelana acompanhado do florentino Américo Vespúcio, que também cruzou o Atlântico com consentimento lusitano duas ou três vezes em 1501-03 (e, em 1508, foi alçado ao posto de principal navegador de Castela). Como as cartas de Vespúcio eram de leitura muito mais agradável que as de Colombo e foram publicadas e bastante vendidas nos anos imediatamente subsequentes às suas viagens, foi com o seu nome que um cartógrafo alemão designou o Brasil num mapa de 1507 — nome que não tardou a pegar e ser aplicado a todas as “Américas”.<sup>29</sup>

A “injustiça” desse batismo e a ironia da frase “Colombo descobriu a América” não passaram despercebidas aos historiadores.<sup>30</sup> Todavia, não deixam de ser reflexos significativos do fato de que, durante sua vida — e por décadas, e até certo ponto séculos, depois —, Colombo foi acertadamente considerado, em suma, um indivíduo sortudo, mas, de resto, um participante trivial de um processo que envolveu muitos outros sul-europeus.

Com efeito, a imagem de Vespúcio assumindo o crédito pelas façan-

nhas de Colombo deve ser combinada com o fato de que a fama do florentino só sobreviveu após a morte do genovês. Colombo não chegou a presenciar o batismo da “América”. Os dois exploradores eram amigos, ou melhor, colegas na vasta comunidade ibérica de navegadores que foi coletivamente responsável pelas duas proezas da navegação que seriam um dia saudadas por gente do porte de Abbé Raynal e Adam Smith como os maiores acontecimentos da História. Em meio à autocomiseração em que mergulhou nos seus últimos anos, Colombo lamentava a falta de reconhecimento que se abatara sobre ele e seu amigo Vespúcio, para quem escreveu que a “Fortuna tem sido adversa (...), como para tantos outros. Seus esforços não lhe acarretaram os benefícios que merecem”.<sup>31</sup>

O declínio da sorte de Colombo após 1499 foi resultado não apenas de sua derrota na corrida para as Índias Orientais, mas também fruto de seu *status* marginal de genovês e homem do mar num mundo castelhano etnocêntrico, em que italianos e marinheiros tendiam a ser desprezados. Como colono e administrador “espanhol”, Colombo também foi prejudicado por noções de procedimentos coloniais derivados mais de modelos lusitanos que próprios de Castela — enquanto os portugueses davam ênfase aos entrepostos comerciais, os castelhanos preferiam povoaamentos permanentes. Daí ele estar fadado a ser desconsiderado pelos historiadores da era colonial, do mesmo modo como era ignorado pelos altos funcionários reais quando vivo. Quando Gómara fez o panegírico da tomada das Américas como momento máximo da humanidade desde o advento de Cristo, ele não só tinha em mente Cortés, e não Colombo, como personificação dessa realização, como chegou a negar ao genovês seu papel de primeiro descobridor.<sup>32</sup> No final do século XVI, Colombo começou a aparecer na poesia épica italiana e, no século seguinte, surgiram duas outras imagens dele, ambas originadas de seus próprios escritos mas agora douradas pelo verniz romântico das lendas: uma o retratava como instrumento da Providência; a outra, como um visionário vitimado pela ingratidão,

um sonhador heróico injustamente escarnecido — como na peça de Lope de Vega, de 1614, *El Nuevo Mundo descuberto por Cristóbal Colón* (“O Novo Mundo descoberto por Cristóvão Colombo”). Ainda assim, o genovês permaneceu como um distante personagem secundário — se tanto — em relação a Cortés, o principal herói simbólico do Descobrimento e da Conquista.<sup>33</sup>

Tudo isso começou a mudar com o tricentenário do primeiro desembarque de Colombo nas Américas. Significativamente, foi não na Espanha nem na América Latina, mas nos jovens Estados Unidos, que se deram a reabilitação e o restabelecimento do navegador. Por certo que as novas repúblicas latino-americanas não ignoravam Colombo como símbolo propenso a apropriação. Uma dessas nações chegou a receber seu nome, e duas colônias caribenhas disputaram seus restos mortais.<sup>34</sup> Todavia, foi Boston, Baltimore e Nova York que sediaram comemorações em 12 de outubro de 1792. Foram os historiadores norte-americanos, tais como Washington Irving, que despertaram nos leitores de língua inglesa do século XIX o interesse por Colombo. E foram os imigrantes italianos e irlandeses e seus descendentes nos Estados Unidos que, em fins do século XIX, fundaram instituições de solidariedade centradas na imagem de Colombo como epítome do imigrante católico.<sup>35</sup>

Os interesses acadêmico e popular por Colombo tomaram fôlego na América do Norte e na Europa à medida que se aproximava o quadringentésimo aniversário de sua primeira viagem, e culminaram em duas colossais celebrações do quadricentenário, em Madri em 1892 e Chicago em 1893. Anos de preparação, milhões de pesetas e dólares gastos, centenas de eventos interligados, milhões de visitantes e participantes — todos esses elementos tiveram como consequência implantar de tal modo um certo Colombo na mentalidade popular dos dois lados do Atlântico que sua figura sobreviveu até hoje. Em 1912, o Dia de Colombo tornou-se feriado oficial, e em 1992 gerou uma controvérsia pública quase tão acirrada quanto as comemorações de um sé-

culo antes. Contudo, quer o explorador genovês seja desonrado ou celebrado como herói, o nosso Colombo (aquele do mito, da História e dos debates atuais) é um homem não do século XV, mas do XIX — com tintas do século XX.<sup>36</sup>



Se Colombo é o principal ícone do Descobrimento, Cortés é o personagem emblemático da Conquista. Mas como foi que ele — e, em menor medida, Francisco Pizarro e outros conquistadores — veio a ser elevado à categoria de modelo pela História?

O historiador mexicano Enrique Florescano já observou que a Conquista deu origem a “um novo protagonista dos atos e narrativas históricas: o conquistador” — que trouxe consigo “um novo discurso histórico”, exprimindo “uma nova maneira de enxergar e representar o passado”.<sup>37</sup> O discurso histórico dos conquistadores, contudo, podia ser inédito no sentido de sua aplicação às Américas, mas na realidade baseava-se num género de documentação desenvolvido pelos ibéricos antes de sua chegada ao Novo Mundo: o relatório que os conquistadores remetiam para a Coroa após concluírem suas atividades de exploração, conquista e colonização. Tais documentos cumpriam uma dupla finalidade. Uma era colocar o monarca a par do que se passara e das terras recém-adquiridas, e sobretudo informar se continham os dois elementos mais visados como fundamentos da colonização: populações nativas estabelecidas e metais preciosos. A outra era solicitar recompensas em forma de cargos, títulos e pensões. Daí a denominação hispânica desse género, *probanza de mérito* (prova de mérito).<sup>38</sup>

As *probanzas*, por sua própria natureza e finalidade, obrigavam seus autores a enaltecer seus próprios feitos e minimizar ou ignorar os alheios — procurando, pois, denegrir processos e padrões de conduta genéricos e destacar atitudes e proezas individuais. A maior parte da

mitologia da Conquista pode ser encontrada nesses relatos: os espanhóis como seres superiores abençoados pela Providência divina, a invisibilidade de seus aliados nativos e africanos, o ritmo acelerado da Conquista e, acima de tudo, a Conquista como triunfo de indivíduos audazes e sacrificados.

A importância das *probanzas* também se caracteriza por terem sido, em grande parte, colocadas no papel. Existem literalmente milhares dessas missivas nos grandes arquivos imperiais em Sevilha, e ainda mais em Madri, Cidade do México, Lima e alhures. Além dos documentos que se auto-intitulam *probanzas* e encontram-se em estrita conformidade com suas convenções, havia ainda outros tipos de relatórios, que também apresentavam a maioria das particularidades das *probanzas* — tais como *relaciones* (relatórios ou prestações de contas), *cartas e cartas de relación*. Normalmente, as *probanzas* e *relaciones* eram endereçadas ao rei, enquanto às vezes se dirigissem diretamente a outros funcionários reais, como intermediários.

Só os peticionários com os melhores contatos podiam acalentar esperanças de que o monarca em pessoa lesse suas cartas. Em sua maioria, eram relatórios breves (de uma ou duas páginas) e precisos, de estilo formulista, que pouca atenção recebiam dos altos funcionários reais antes de serem arquivados até sua redescoberta pelos historiadores do século XX. Muitos, sem dúvida, sequer chegaram a ser lidos. Uma influente minoria, contudo, acabava disseminando-se — fosse por meio de publicação, como relatos da conquista, fosse por sua adaptação e transformação em histórias do período colonial. Por exemplo, as célebres cartas de Cortés ao rei, na verdade uma série de *probanzas*, foram publicadas pouco depois de chegarem à Espanha. Promoveram com tamanha eficiência a Conquista como realização de Cortés e alcançaram vendas tão altas em pelo menos cinco idiomas que a Coroa decidiu bani-las para evitar que o culto ao conquistador se tornasse uma ameaça política. As cartas continuaram circulando, porém, e admiradores tardios dirigiam-se como peregrinos à residência de Cortés

na Espanha. O culto a Cortés seria reforçado pela hagiografia de Gómara, de 1552 — que a Coroa também tentou eliminar.<sup>39</sup>

Havia precedentes de sobra para a publicação de cartas do gênero das *probanzas* e para a intervenção da Coroa em sua distribuição ou abolição. Meses depois do retorno de Colombo para a Espanha, após sua primeira travessia do Atlântico, uma “carta” supostamente de sua autoria (mas na realidade forjada por funcionários da Coroa, com base num documento escrito pelo navegador) foi publicada em espanhol, italiano (versões em prosa e verso) e latim. O documento pagava o “descobrimento” como proeza hispânica que lançava uma luz favorável sobre os monarcas espanhóis e o próprio Colombo, como seu agente.<sup>40</sup> O interessante é que a carta de fato escrita por Colombo, que como genovês teria necessariamente menos familiaridade com os gêneros ibéricos, acabou assim aproximando-se de uma legítima *probanza* espanhola.

Provavelmente o mais conhecido dos relatos da Conquista, a narrativa de Bernal Díaz da tomada do México raramente é reconhecida como o que era: uma *probanza* monumental, cuja extensão absurda (ficou com mais de seiscentas páginas quando impressa, mais tarde) assegurava, contraproducentemente, que o monarca jamais a leria — como quase decerto não leu. Talvez Díaz houvesse perdido a fé na eficácia da *probanza* convencional, depois de haver redigido algumas delas no passado. Ao solicitar uma pensão em 1552, por exemplo, ele declarou que escrevia para “Vossa Majestade como servo leal, o melhor que posso, em vista dos 38 anos dedicados ao seu serviço”. Seis anos mais tarde, pede para “prestar contas de quem sou para que Vossa Majestade possa dignar-se a conceder-me uma maior prodigalidade”. Embora oriundo de uma família de considerável posição social, os contatos de Díaz acabaram constituindo mais empecilhos que vias de acesso à tal “maior prodigalidade”. Sendo parente de Diego Velázquez, um dos primeiros patronos e depois inimigo ferrenho de Cortés, não só lhe foi por este negada a devida recompensa no México,

na década de 1520, como ele sofreria quase tanto quanto um colono marginalizado na Guatemala nas décadas subsequentes.<sup>41</sup>

Talvez a idade de Díaz na época da conclusão de seu livro já estivesse avançada a ponto de ele se importar menos com a reação régia oficial e mais com a satisfação do processo criativo e a oportunidade de acertar algumas estocadas em Gómara, cujo relato julgava, com desaprovadora simplicidade, “muito contrário ao que se passou”.<sup>42</sup> Nesse sentido, sua narrativa é mais semelhante a um moderno livro de história; não obstante, na estrutura, tom e essência do texto de Díaz permanecem profundamente arraigadas as convenções da *probanza*. Como comentou um estudioso de Díaz, Ramón Iglesia, “seu livro é uma interminável lista de méritos e serviços”.<sup>43</sup>

Mas por que teria Díaz sentido a necessidade de enumerar tais “méritos e serviços”? Sua insatisfação com seu quinhão, a cota mequina que lhe foi destinada dos despojos das conquistas de Tenochtitlán e da alta Guatemala e seu desejo de corrigir tais injustiças para a posteridade são apenas parte da resposta. O contexto mais amplo em que se inserem suas expectativas e sua escolha desse formato para expressar-se é a cultura da patronagem vigente na Espanha do século XVI — um sistema de redes sociais, políticas e econômicas subjacente a praticamente todas as atividades hispânicas nas Américas e que fomentava a cultura escrita da *probanza*.

O patrocínio da Coroa ajuda a explicar não só o primeiro estágio do desenvolvimento do mito dos grandes homens — a *probanza* — como também o segundo, qual seja, o corpo literário composto pelas crônicas ou histórias escritas no período colonial. A linha divisória entre ambos, apesar de indistinta, é crucial para o meu argumento: a *probanza* transformou-se em crônica; as *probanzas* foram usadas como base de histórias; e as obras históricas adotaram as convenções da *probanza*. A mais notável dessas convenções era o tratamento dispensado aos indivíduos, sobretudo os heróis aos quais a Conquista podia ser atribuída.

Tal tratamento era, na realidade, fomentado pela Coroa. No entanto, paradoxalmente, a mesma Coroa procurava também *suprimir* lo. Cargos de cronista oficial criados em 1532 e 1571 visavam controlar a disseminação de informações sobre a Conquista<sup>44</sup> — de balde. Parte do problema era que faltava à Coroa hispânica o controle centralizado e abrangência burocrática do Estado moderno — e era exatamente essa a razão de suas tentativas recorrentes de controlar a produção de literatura histórica. Mais significativo, talvez, foi o fato de a cultura da *probanza* — isto é, sua maneira de retratar a Conquista e seus protagonistas — tornar-se, no século XVI, o discurso histórico dominante, a forma convencional como os espanhóis enxergavam e representavam a Conquista.

O objetivo elementar dessa representação era a justificação. Os relatos de testemunhas oculares, tais como as cartas de Cortés ou a narrativa de Jerez do massacre em Cajamarca, serviam de fundamentos para legitimar atos e atitudes individuais dentro do contexto mais amplo dos pretextos imperiais. Pouco a pouco, os escritos dos cronistas foram transformando o tema da justificação numa ideologia imperialista que representava a Conquista como uma missão dupla, levando ao mesmo tempo a civilização e o cristianismo para as Américas. Nas grandes histórias do século XVI de Gómara, Antonio de Herrera e Gonzalo Ferrández de Oviedo, a sucessão de descobertas e conquistas faz parte de um plano da Providência para implantar a verdadeira fé no mundo inteiro. Os espanhóis são obviamente os agentes de tal plano divino, e os mais proeminentes conquistadores são apresentados, pois, como os principais agentes de Deus.<sup>45</sup>

Cortés revelou-se no século XVI como o mais reconhecível dos agentes divinos por diversos motivos. Um foi a natureza impressionante do Império Asteca e a subsequente importância do México central para o império hispânico. Outro foi a rápida publicação e ampla circulação (apesar das tentativas de censura pela realza) das epístolas de Cortés ao rei, que não deixavam margem a dúvidas de que Deus

conduzira a tomada do México em favor da monarquia espanhola. A idéia de que o próprio Cortés seria um abençoado fica claramente implícita; numa de suas cartas, ele chega a usar a palavra espanhola *medio* (meio ou agente) para descrever seu papel providencial.<sup>46</sup> Uma terceira razão foi o apoio dado pelos franciscanos a Cortés e à Conquista de maneira geral.

Os freis da Ordem de São Francisco foram os primeiros religiosos espanhóis a pôr os pés nas regiões mesoamericanas que viriam a constituir as colônias da Nova Espanha. Concorrendo com os dominicanos, com outras ordens em menor medida e, mais tarde, com o clero secular (sacerdotes que não pertenciam a nenhuma ordem), os franciscanos foram sempre peças fundamentais nas atividades da Igreja em toda a América colonial espanhola. No México central, Yucatán e outras partes da Nova Espanha, os franciscanos foram, no século XVI, o principal motor dos esforços de conversão dos povos nativos e construção de uma Igreja colonial. Os papéis desempenhados pelos próprios nativos nesse processo e os textos produzidos, em consequência, tanto por freis quanto por nativos, deram origem a um extraordinário corpo de literatura, que seria a pedra angular da disciplina acadêmica da etnografia.<sup>47</sup>

Os franciscanos consideravam crucial para sua missão o apoio de Cortés à sua entrada no México e às suas atividades nos primeiros anos da colônia, e por conseguinte em muito contribuíram para a formação da lenda em torno de sua pessoa. Um desses freis, Toribio Motolinía, um dos famosos 12 primeiros franciscanos no México, inquiriu o imperador, numa carta de 1555: “Quem foi amado e defendeu o imperador, numa carta de 1555: “Quem foi amado e defendeu os índios deste novo mundo como Cortés?”. Motolinía (que derivou seu nome da palavra náuatle para “pobreza”) estava em parte reagindo aos escritos de Bartolomé de Las Casas, que atacara Cortés — e, significativamente, era dominicano. Homens da laia de Casas, escreveu o franciscano ao imperador, empenhavam-se — lançando mão de exageros, erros, mentiras e da ignorância pura e simples —

por ofuscar “os serviços prestados [por Cortés] a Deus e a Vossa Majestade”. Acima de tudo, “por intermédio de seu capitão, Deus abriu-nos as portas para que pregássemos Seu santo Evangelho e levou os índios a reverenciar os sagrados sacramentos e o respeito aos ministros da Igreja”.<sup>48</sup>

Mesmo Bernardino de Sahagún, franciscano que preservara um importante relato asteca da Conquista como tomo final de sua épica *História Geral das Coisas de Nova Espanha*, em 12 volumes, mais tarde o reescreveria, convertendo-o num “péan de louvor a Hernán Cortés e justificação da vitória hispânica”.<sup>49</sup> A versão original de 1579 refletia os pontos de vista dos astecas de Tlatelolco (distrito da capital, a princípio Tenochtitlán e depois Cidade do México). Segundo Sahagún, sua versão revisada de 1585 continuava representando uma perspectiva nativa, tendo seu compilador se limitado a corrigir “deturminados equívocos”. Todavia, a historiadora Sarah Cline foi muito convincente em sua demonstração de que suas revisões, na verdade, vieram difundir as atitudes de Sahagún e dos demais franciscanos de primeira hora perante o papel providencial de Cortés, tanto na liderança da invasão espanhola do México em 1519 quanto em seu convite aos franciscanos em 1524. A versão de 1585, portanto, pautou-se por um propósito político — num momento em que a atuação inicial dos franciscanos encontrava-se sob o fogo cerrado de outros espanhóis — e revela-nos como a lenda de Cortés continuou a ser perpetuada após a sua morte.<sup>50</sup>

Os franciscanos consideravam a Conquista um grande salto no sentido da conversão de toda a humanidade e subsequente segundo advento de Cristo. Tal visão milenarista influenciou o próprio Cortés, inspirando-o a realizar novas expedições (rumo ao norte, na Baixa Califórnia, e ao sul, avançando para Honduras) ao longo da década de 1520, além de contribuir para o *status* legendário de que gozava entre humanistas e outros intelectuais que, com frequência, reuniam-se em sua casa na Espanha no fim de sua vida. Entre eles figuravam Juan

Ginés de Sepúlveda, cujas opiniões extremamente negativas a respeito dos “índios” jogaram-no contra Las Casas e lhe angariariam infâmia nos círculos acadêmicos do século XX. Em 1543, Sepúlveda descreveu a Conquista como simbolizada por “um nobre e valoroso Cortés” e “um timorato e covarde Montezuma”. Também fazia parte do grupo madrileno Cervantes de Salazar, que em sua ode de 1546 a Cortés (dedicatória de um diálogo sobre a dignidade humana) comparou-o a Alexandre, Júlio César e São Paulo.<sup>51</sup>

Outro freqüentador do círculo era Gómara, cujo relato da Conquista assumiu a forma de uma hagiografia de Cortés, que aparece como uma figura idealizada, à qual todo o Descobrimento e Conquista encontram-se sujeitos; sua narrativa começa e termina com o nascimento e morte de Cortés.<sup>52</sup> Conquanto Bernal Díaz declarasse que seu próprio relato fora inspirado em parte pelos erros que encontrara no livro de Gómara, ele ainda assim retratou Cortés como um homem acima dos demais, apesar de suas falhas — que serviriam tão-somente para dar um toque de rudeza ao seu heroísmo.<sup>53</sup> Embora inúmeras histórias da Conquista fossem publicadas no decorrer dos séculos coloniais — em sua maioria dispensando ao “grande Cortés” e seus congêneres o mesmo tipo de tratamento adulatorio por ele recebido no *Cortés valeroso, y Mexicana* (“Cortés Valoroso”), escrito por Gabriel Lasso de la Vega em 1588 (ver Figuras 3 e 4) — as três narrativas de Cortés, Gómara e Díaz continuaram sendo as mais influentes.<sup>54</sup> Seu propósito foi engrandecer Cortés como o conquistador emblemático e converter a tomada do México num símbolo e modelo da Conquista de modo geral, situando Colombo e Pizarro parcialmente à sombra de Cortés e deixando as demais conquistas e conquistadores eclipsados quase que por completo.

Durante séculos, as fontes usuais sobre a Conquista e tópicos correlatos foram as narrativas de Colombo e Cortés, relatos similares de outros conquistadores e as histórias coloniais neles baseadas.<sup>55</sup> Estas tendiam a se adequar às convenções da ideologia imperial

hispânica, e muitos dos textos mais controversos só seriam publicados após o período colonial. As obras mais alentadas de Las Casas, por exemplo, a *Historia general de las Indias* ("História Geral das Índias") e *La Apologética historia sumaria* ("História Apologética") só vieram à luz em 1875 e 1909, ao passo que a *Historia de las Indias* ("História das Índias") de Motolinía, bem como seus *Memoriales* ("Memoriais"), só viriam a público em 1848 e 1903, respectivamente.<sup>56</sup>

Não obstante, o século XIX mal tocou nos desdobramentos do mito de Cortés e demais "grandes homens" responsáveis pela Conquista da era colonial — o que foi em parte devido ao êxito das histórias das conquistas do México e Peru por William Prescott, terceiro estágio cronológico do desenvolvimento do mito deste capítulo. Como o relato de Gómara, a narrativa de Prescott termina não com a queda de Tenochtitlán, mas mais adiante, com a morte de Cortés. Como admite o próprio Prescott, "os dois principais pilares sobre os quais se ergue a história da conquista são as Crônicas de Gómara e Bernal Díaz". Para ele, esses dois se contrabalançavam — de modo que, embora Díaz "exponha livremente a astúcia ou cupidez [de Cortés], e às vezes sua crueldade, faz plena justiça às suas grandes e heróicas qualidades".<sup>57</sup>

Os livros de Prescott criaram uma nova embalagem para os mitos da Conquista (originados das *probanzas*, *relaciones* e *cartas* dos conquistadores) e os retrabalharam, convertendo-os numa ideologia de justificação imperial pelos cronistas coloniais. Em seguida, apresentaram-nos para um público ávido por ler que um "punhado" de europeus, graças aos seus atributos inatamente superiores, logrou triunfar sobre numerosos nativos bárbaros, a despeito de todas as desvantagens e dificuldades<sup>58</sup> — um público alimentado com uma dieta à base das versões eurocentristas europeia e norte-americana da ideologia imperial e expansionista. As conquistas hispânicas de Prescott eram críveis e reconfortantes, ao passo que o catolicismo dos conquistadores

fornecia para o autor e seus leitores uma explicação fácil para eventuais e infelizes excessos ou atos de crueldade.

Apesar de escritas um século e meio atrás, as histórias da Conquista de Prescott continuam em catálogo e são lidas até hoje.<sup>59</sup> Ademais, sua influência pode ser facilmente percebida, dada sua associação com o estímulo cultural mais amplo (e que influenciou o próprio Prescott) para interpretar as conquistas europeias como proezas pessoais de grandes líderes.<sup>60</sup> Um bom exemplo da longevidade dos pontos de vista prescottianos é o livro *Conquistista*, de Hugh Thomas, campeão de vendas em diversos idiomas desde seu lançamento, em 1995. Embora Thomas utilize certas fontes nativas e tenha feito alguma pesquisa de arquivo original, sua obra é baseada esmagadoramente em fontes espanholas, projetando uma perspectiva hispânica tradicional sobre os acontecimentos. Como sugere o subtítulo (*Montezuma, Cortés e a Queda do Velho México*), o livro reproduz a narrativa sedutora de Bernal Díaz, dando ênfase similar às intrigas e ao impacto decisivo dos líderes hispânicos e nativos mexicanos, sobretudo os primeiros.<sup>61</sup>

O livro de Thomas contém os principais elementos daquela perspectiva que, passando por Prescott e Gómara, remonta ao próprio Cortés e às *probanzas* dos conquistadores. São eles: a estruturação da Conquista numa narrativa clara, que conduza de modo inexorável à vitória; uma explicação do processo que confirme a superioridade civilizacional dos espanhóis; a glorificação de Cortés; e o endosso do mito de que alguns poucos homens excepcionais levaram a cabo a Conquista.<sup>62</sup>



Pouco depois de desembarcar na costa do Golfo do México em 1519, Cortés, numa iniciativa geralmente aclamada como arrojada e brilhante, ateou fogo aos seus próprios navios. Na realidade, não foi bem isso que aconteceu: as embarcações foram afundadas, e pelo menos uma



ficou apenas encailhada. Em 1546, contudo, Cervantes de Salazar referiu-se por escrito ao incêndio dos navios por Cortés, e a imagem acabou vingando.<sup>63</sup>

O mito dos navios em chammas revela não só a existência de diversas pequenas lendas dentro dos mitos mais amplos, mas também ilustra como cada gesto de Cortés passou a ser interpretado como indício de sua excepcionalidade.<sup>64</sup> Com relação à destruição dos navios, Francisco de Montejo fez o mesmo em 1527 na costa de Yucatán<sup>65</sup> — sem dúvida seguindo o exemplo de Cortés. Este decreto influenciou outros conquistadores, através tanto da experiência compartilhada na invasão do Império Asteca, quanto da leitura das edições publicadas de suas cartas para o rei. Todavia, com muita frequência e sem nenhuma evidência direta, as atitudes dos conquistadores após a invasão do México em 1519-21 são consideradas imitações deliberadas de Cortés, ignorando-se as condutas seguidas antes de 1519.

Essa postura clássica é muito bem sintetizada na seguinte frase, escrita em 1966 por Charles Gibson, um dos mais eminentes historiadores da América Latina colonial de sua geração: “Embora nenhum outro conquistador fizesse frente a Cortés em termos de habilidade militar ou de capacidade de controlar o período posterior à conquista, todas as campanhas subsequentes foram em alguma medida modeladas a partir da derrubada do Império Asteca”.<sup>66</sup> Essa imagem de Cortés como exceção e arquétipo simultaneamente já foi expressa das mais variadas formas por diversos estudiosos, que julgam-no “incomparável” em sua combinação especial de dons, como um “homem de dotes notáveis” que foi “o primeiro a ter consciência política e mesmo histórica dos próprios atos”. Sem Cortés, “talvez não houvesse Conquista”, visto que “foi ele que criou o sonho do ouro e do novo poder que intoxicou todos os que lhe seguiram os passos”.<sup>67</sup>

Com efeito, Cortés adotou procedimentos de origem ibérica que eram anteriores à Conquista e foram consolidados durante a fase caribenha desse processo (1492-1521). Tais rotinas seriam aprimora-

das ao longo dos séculos XVI e XVII não porque todos os conquistadores imitassem Cortés — embora alguns talvez acreditassem que o estavam emulando —, mas sim porque, preocupados em justificar seus atos e conferir-lhes uma tinta legalista, empenhavam-se por seguir e citar precedentes aprovados. O padrão da Conquista era um conjunto de procedimentos seguidos por muitos, não atos excepcionais de alguns homens apenas.<sup>68</sup>

O primeiro aspecto dos procedimentos da Conquista era o uso de iniciativas legalistas para conferir uma aparência de legitimidade a cada expedição. Entre elas normalmente figuravam a leitura de um documento jurídico, tal como uma licença de conquista ou a assim chamada Requisição — a solicitação de submissão que devia, absurdamente, ser lida perante as comunidades ou exércitos nativos antes do início das hostilidades. Aí se incluía a declaração de reivindicação formal do território. Por fim, as medidas legalistas típicas compreendiam a fundação de uma cidade. Os espanhóis davam grande importância à urbanização, que identificavam com a civilização, *status* social e segurança, de modo que tal gesto estava imbuído de um simbolismo tranquilizador para os conquistadores — além de possibilitar que um dado grupo de conquistadores se tornasse num *cabildo* (conselho municipal) e assim adquirisse estrutura suficiente para formular determinados tipos de resoluções, outorgar leis e tomar outras decisões com validade jurídica.

O exemplo mais célebre foi a fundação de Vera Cruz, no litoral do Golfo do México, por Cortés e pelos capitães que o acompanhavam. O *cabildo* então criado escreveu imediatamente à Coroa, declarando que “para todos nós pareceu melhor que uma cidade munida de corte de justiça fosse ali fundada e habitada em nome de Vossas Altezas Reis, de modo que Vossas Majestades possuíssem autoridade sobre estas terras assim como em outros reinos e domínios”.<sup>69</sup>

De fato, a finalidade dessa Vera Cruz hipotética não era a construção de uma cidade, mas a instalação de uma nova base de autoridade

em lugar da que fora conferida a Cortés por seu patrono, o governador de Cuba. O caso é famoso, porém não foi único; os conquistadores costumavam "fundar" vilas e cidades no decorrer de explorações e invasões, povoaamentos que não eram construídos no momento — ou sequer chegavam a sê-lo algum dia — mas que, de maneira figurada, assinalavam que a região fora legalmente objeto de reivindicação e apropriação pelos líderes expedicionários. As primeiras cidades caribenhas, como Santo Domingo e Havana, chegaram a ser fundadas duas ou três vezes antes de se tornarem povoaamentos permanentes. Francisco de Montejo instituiu pelo menos quatro povoações na costa de Yucatán com o nome de sua cidade natal, Salamanca; só uma chegou a ser construída de fato e nenhuma manteve o nome, mas as suas postas fundações conferiram uma certa legitimidade às afirmações de Montejo de que suas expedições estavam correndo melhor do que efetivamente estavam.<sup>70</sup>

O propósito de Vera Cruz como cidade cuja existência, em 1519, era apenas nominal leva-nos ao segundo aspecto dos procedimentos da Conquista: o apelo a uma autoridade superior, em geral (e idealmente) o próprio rei. Na passagem citada acima, o *cabildo* de Vera Cruz, obviamente representando os interesses de Cortés e seus correligionários dentro da expedição, assevera que fundar uma cidade seria "melhor" do que executar as ordens de Diego Velázquez, governador de Cuba e patrono de Cortés e sua campanha. Tais ordens consistiriam, nas palavras bastante capciosas da carta enviada à Coroa, em "adquirir a maior quantidade de ouro possível e, havendo-se dela apoderado, levá-la para a ilha de Fernandina [Cuba] para seu destrute exclusivo por Diego Velázquez e seu capitão [Cortés]".<sup>71</sup> Logo, ao desfender um outro curso de ação, Cortés é mostrado abdicando da cumplicidade com Velázquez, em benefício da Coroa. Com efeito, Cortés necessitava da aprovação régia direta para reivindicar a posição de governador das terras que visse a conquistar. Suas estratégias refletem não tanto suas habilidades políticas alegadamente extraordiná-

rias, mas sim a natureza de sua situação jurídica. Em suma, Velázquez tinha uma licença da Coroa para explorar (e estava na iminência de receber uma licença de conquista) e tornou-se governador, da qual também Cortés necessitava. Para tanto, este traiu seu superior, escrevendo diretamente ao rei, enviando agentes para defender sua causa nos tribunais e afundando os navios remanescentes para evitar que os partidários de Velázquez escapulisses para Cuba a fim de avisá-lo — todas respostas lógicas, previsíveis e corriqueiras de um conquistador diante daquela situação.<sup>72</sup>

Um dos agentes enviados à Espanha foi Francisco de Montejo, que, do mesmo modo, procurou furtar-se à subordinação a Cortés e adquirir diretamente do rei uma licença de conquista. Assim, ao mesmo tempo que conduzia sua campanha na corte em favor de Cortés, em princípios da década de 1520, Montejo advogava também pela definição de Yucatán como território à parte do México, para cuja conquista ele próprio receberia uma licença — o que ocorreu em 1526.<sup>73</sup> Analogamente, os primórdios da tomada do Peru encontram-se em expedições de exploração comandadas por Francisco Pizarro e Diego de Almagro, enviadas ao longo do litoral do Pacífico por Pedrarias de Avila, governador do Panamá e da Nicarágua. Suas viagens ao longo do litoral pacífico norte da América do Sul, em 1524-28, convenciam Pizarro de que a região continha riqueza e população nativa suficientes para valer a pena empreender a penosa viagem de retorno à Espanha a fim de adquirir sua própria licença de conquista. Pedrarias havia falecido, mas era importante para Pizarro anular possíveis reivindicações rivais do sucessor do governador, Pedro de los Ríos, bem como de seu próprio parceiro, Almagro.<sup>74</sup>

Ao voltar da Espanha, em 1530, munido de uma longa lista de títulos e honrarias para si próprio mas nenhuma para Almagro, ficou claro que Francisco Pizarro apunhalara o companheiro pelas costas. Embora os dois tenham continuado a parceria, com uma complicitividade amargamente fatal (Pizarro mandou executar Almagro

em 1537, quatro anos depois, o filho de Almagro mandou assassinar seu algoz), a aparente traição de Pizarro não deve ser entendida como um traço individual da sua personalidade. Tampouco as tentativas de Almagro de tomar de Pizarro o sul do Peru podem ser vistas exclusivamente em termos de rancor pessoal. Ambos estavam apenas seguindo procedimentos regulares a fim de atingir o objetivo máximo de todo conquistador: a concessão, pela Coroa, do governo de uma província imperial. Como escreveu Francisco Pizarro numa carta alguns dias antes de ser assassinado, o governo do Peru “é o que há de mais importante para mim e aquilo a que sempre almejei — uma vez que, sem ele, todas as dificuldades que superei e serviços que prestei terão sido em vão”.<sup>75</sup>

Outro exemplo de apelação ao rei como típico procedimento da Conquista ocorreu quando Gonzalo Pizarro (irmão de Francisco) liderou uma vasta expedição que partiu de Quito rumo ao leste, cruzando os Andes e adentrando a Amazônia em 1540. O terreno dizimou os espanhóis e seus auxiliares africanos e nativos; com o aumento vertiginoso do número de mortos, o grupo foi forçado a parar. Um de seus capitães, Francisco de Orellana, foi enviado à frente, pelo rio, para encontrar alimento. Ele e seu pequeno destacamento, contudo, jamais retornaram; preferiram descer todo o Amazonas até o Atlântico, de onde acabaram alcançando o Caribe e voltaram à Espanha. Pizarro, nesse interim, esperou durante semanas até decidir retornar, a duras penas, para Quito.

De acordo com Orellana, a correnteza do rio impedira-o de voltar ao encontro de Gonzalo Pizarro e do batalhão principal dos expedicionários sobreviventes. Todavia, no entender de Pizarro, Orellana, de modo deliberado e traiçoeiro, optara por abandoná-lo. Os cronistas coloniais tomaram o partido de Pizarro, no que foram acompanhados pelos historiadores subsequentes. Prescott, por exemplo, acusa Orellana de abandonar seus “infelizes companheiros (...) em plagas ermas”; a “glória do descobrimento” da Amazônia foi “estéril [e], sem dúvida,

não compensou as circunstâncias iníquas em que se deu”. Na década de 1950, o escritor inglês George Millar escreveu uma *apologia* de Orellana, queixando-se de que a reputação deste, durante séculos, fora de um “caféjeste, quando não covarde”. Ao longo do último meio século, os historiadores pouco contribuíram para os esforços incógnitos de Millar no sentido de reverter o rótulo de “pior traidor que já houve na face da terra” que lhe foi atribuído por Gonzalo Pizarro. A maioria simplesmente o ignorou, e a atenção simpática que lhe foi reservada por Michael Wood no recente livro e série de televisão *Conquistadores* é uma exceção à regra.<sup>76</sup>

Não obstante, a atitude de Orellana nada teve de heróica nem de traiçoeira. Independentemente de sua possibilidade real de subir o rio ao encontro de Pizarro, o fato de ele se ter disposto a prosseguir sozinho, a defesa subsequente que fez de seus próprios atos e sua aquisição, na Espanha, de uma permissão para voltar como *adelantado* (conquistador licenciado) à Amazônia (onde viria a falecer em seguida) estão de acordo com os padrões vigentes de comportamento dos conquistadores.<sup>77</sup>

O objetivo da expedição de Gonzalo Pizarro pelos Andes era localizar a fonte de ouro habitualmente encarnada pela lenda do El Dorado (governante mítico ou cidade de ouro) — o que nos traz ao terceiro aspecto rotineiro dos procedimentos da Conquista: a busca de metais preciosos, de preferência ouro, seguido de perto pela prática. Essa faceta dos procedimentos da Conquista já é considerada, com frequência provavelmente menor, parte da estratégia excepcional ou original de Cortés (ou qualquer dos outros conquistadores mais célebres). No entanto, se por um lado costuma ser acertadamente percebida como uma preocupação de todos os membros das expedições hispânicas, também é, sem dúvida, alvo de mal-entendidos — a ponto de a “sede de ouro” dos espanhóis constituir uma das inúmeras minilendas ou minimitos da Conquista. Os conquistadores tendem a ser descritos como homens “movidos pela sede pelo ouro” ou por

uma "cobiça" pelo metal "muito semelhante à psicose coletiva que se apoderou dos mineradores da Califórnia em meados do século XIX". Nas palavras de outro estudioso, "jamais ocorreu [aos colonos hispânicos] fazer algo além de procurar ouro, e sua caçada frenética por metais preciosos, jóias e pérolas impediu-os de se dedicarem a qualquer outra atividade econômica produtiva".<sup>78</sup>

Tal perspectiva passa totalmente ao largo da verdadeira natureza da economia colonial dos primeiros tempos, bem como do papel nela desempenhado pelos metais preciosos. A "coisa mais importante" para Pizarro não era ouro, mas o cargo de governador. Todavia, para que valesse a pena alcançá-lo, era preciso encontrar ouro. Num contexto mais amplo, os espanhóis não tinham absolutamente o menor interesse no metal *per se* — assim como nós não valorizamos cartões de crédito como objetos. A fina ourivesaria recolhida em Cajamarca e alhures era derretida na *fundición* — praxe que se seguia a todas as aquisições desse gênero e que possibilitava o pagamento de cotas, a quitação de dívidas e a obtenção de novos suprimentos e mais crédito. Era no valor e no poder de compra do ouro e da prata que os espanhóis estavam interessados; estes encaravam os metais preciosos como dinheiro — com frequência referindo-se aos navios carregados deles como *dineros* — e base do sistema de crédito que sustentava grande parte das atividades de dominação.<sup>79</sup>

Se os espanhóis pareciam às vezes obcecados em sua busca desses metais, era porque ouro e prata eram não só a fonte preferencial de riqueza, mas também os únicos itens cujo valor, em relação à sua transportabilidade, tornava possíveis a Conquista e toda a empreitada colonial. Nenhum outro produto do Novo Mundo sequer chegava perto de sua utilidade como artigos não-percíveis, divisíveis e compactos. Longe de constituírem barreiras à "atividade econômica produtiva", foram o ouro e a prata das Américas, bem como sua busca pelos espanhóis, que garantiram a concretização não só da Conquista como também de praticamente todas as atividades econô-

micas subsequentes no Novo Mundo (para não falar na reviravolta que promoveram nos rumos das histórias econômica e política da Europa).

Quase com a mesma determinação com que procuravam ouro, os espanhóis lançaram-se também à caça de populações nativas. Um aspecto desse processo complexo era a necessidade de adquirir aliados nativos — o quarto preceito dos procedimentos da Conquista. Tal estratégia se impunha tanto pelo fato de as expedições hispânicas encontrarem-se em permanente inferioridade numérica em relação aos povos indígenas dos territórios invadidos como pela ignorância hispânica acerca da região e seus povos. Aliados eram sempre fontes potenciais de informações inestimáveis, além de proporcionarem um apoio crucial em termos de provisões e carregadores para transportá-las. Acima de tudo, os aliados nativos prestavam auxílio militar, compensando assim o possível desequilíbrio numérico no campo de batalha e viabilizando a opção, por parte dos espanhóis, pela clássica estratégia de dividir para conquistar — que nada teve de original ou excepcional em sua adoção por Cortés ou Pizarro; todo conquistador buscava aliados nativos, tantos e tão rápidos quanto possível.

A quinta faceta corriqueira da Conquista era a consecução de uma categoria específica de aliado nativo: o intérprete. Muito já se disse sobre o uso como intérprete, por Cortés, de uma nobre nana — a famosa Malinche —, não raro dando a impressão de que ela seria um exemplo do superior talento estratégico de Cortés. Entretanto, Cortés estava tão-somente seguindo um procedimento rotineiro; como era de se esperar, ele se lançara à busca de um potencial intérprete desde o momento em que avistou o continente. Para tanto, empenhara-se bastante para resgatar Gerónimo de Aguiar, que naufragara sete anos antes no litoral iucateque, supondo que, nesse meio-tempo, Aguiar devia ter aprendido o idioma nativo local.<sup>80</sup> Como, entretanto, este falava apenas o maia iucatan e não o náuatle, língua do Império Asteca, Cortés continuou procurando. O fato de Malinche dominar tanto o

maia quanto o náuatle foi puro golpe de sorte, mas de qualquer modo não tardaram a ensinar-lhe também o espanhol.

Como ocorre com muitos desses parâmetros, a origem da habitual busca por um intérprete remonta aos primórdios da Conquista. Colombo capturou e conseguiu guias nativos desde sua primeira viagem — os quais, imediatamente forçados a aprender espanhol, não demonstravam a encontrar-se em condições de atuar como intérpretes. Sete caribenhos foram levados para a Espanha em 1493, a fim de serem instruídos para a função. Cinco nativos logo pereceram, mas os demais retornaram com Colombo em sua segunda jornada. Depois que aparentemente também esses dois morreram, a demanda de intérpretes prosseguiu. Em 1502, por exemplo, um nativo centro-americano foi capturado, recebeu o nome cristão de Juan Pérez e foi treinado especificamente para esse fim.<sup>81</sup>

Dáí por diante, exemplos não faltam. Hernández de Córdoba, agindo “absolutamente conforme o esperado” (nas palavras do historiador Hugh Thomas), levou dois prisioneiros do litoral iucateque em 1517, batizando-os ou apelidando-os de Melchor e Julián, e tentou transformá-los em intérpretes. Julián cooperou com relutância e retornou a Yucatán com a expedição de Grijalva no ano seguinte, mas pereceu em seguida. Melchor resistiu (o que seria mais tarde analisado por Gómara como falta de refinamento); embora também acompanhasse Grijalva, fugiu na primeira oportunidade, ao seguir a expedição de Cortés. Outros intérpretes — alguns deles hispânicos, mas na vasta maioria nativos — surgem de tempos em tempos nos relatos dessas expedições. Como exemplos, temos a nativa jamaicana encontrada no litoral iucateque; um falante de náuatle capturado por Grijalva, batizado de Francisco e usado por Cortés; o nativo *shakori* da Carolina do Sul, intérprete para Vásquez de Ayllón, que o chamava de Francisco de Chicora e o levou para a Espanha; o pajem espanhol Ortegulla, empregado por Cortés a serviço de Montezuma durante o cativeiro do imperador e que logo se tornou bilíngüe; e Gerónimo de Aguilar, o

náufrago espanhol resgatado por Cortés depois de passar oito anos entre os maias.<sup>82</sup>

Muitos outros se seguiram nas décadas seguintes. Por exemplo, a participação do intérprete andino Martinillo na Conquista permitiu-lhe tornar-se Dom Martín Pizarro. Gaspar Antonio Chi desfrutou de uma longa carreira na Yucatán do século XVI, sendo ao mesmo tempo nobre maia e intérprete-geral da colônia.<sup>83</sup> Os destinos de intérpretes nativos como Malinche, Martinillo e Chi deveram muito às suas próprias habilidades, mas refletiram também o fato de que a demanda de intérpretes e sua relativa aceitação na sociedade colonial constituíram traços fundamentais e universais da Conquista.

A sexta característica dos procedimentos da Conquista era o ape-lo a demonstrações de violência, ou o emprego teatral da violência. Apesar da cooperação dos aliados (e intérpretes) nativos e da utilização de auxiliares africanos, as forças lideradas pelos espanhóis com frequência mantinham a inferioridade numérica e eram seriamente ameaçadas pelas populações indígenas cujas terras invadiam. A despeito das evidências de inúmeros massacres realizados pelos hispânicos e da recorrente escravização dos povos seminômades do Caribe e da América Central, de modo geral os espanhóis não pretendiam dizimar nem escravizar as populações indígenas, mas sim subjugá-las e explorá-las, como mão-de-obra mais ou menos dócil. Uma forma corriqueira de procurar levar a cabo tal opressão consistia em promover demonstrações impactantes de violência concentrada, de modo a aterrorizar determinado grupo nativo e convencê-lo da utilidade da anuência às exigências hispânicas. As técnicas teatrais e de terror aparecem repetidas vezes nos registros das expedições da Conquista.<sup>84</sup>

Al se incluem o decepamento das mãos direitas (ou às vezes os braços) de prisioneiros indígenas, não raro às centenas;<sup>85</sup> o envio de mulheres e, se necessário, o envio de seus corpos para casa; e a mutilação ou assassinato de indivíduos específicos, em geral

por meio do fogo ou do atigamento de masins contra as vítimas e com o testemunho de compatriotas seus.<sup>86</sup> Outra técnica era o massacre de nativos desarmados — cujo efeito era ampliado quando mulheres, crianças e idosos também pereciam (como no massacre conduzido por Cortés em Cholula) ou quando as vítimas celebravam algum importante festival ou ritual indígena (como na chachina ordenada por Alvarado em Tenochtitlán) ou eram confinadas ou agrupadas em algum lugar apertado (o que se deu tanto nos dois casos acima quanto no ataque comandado por Pizarro contra a co-mitiva de Atahuallpa). Como observou John Ogilby em 1670, as expedições hispânicas avançaram com o “medo conquistando mais que as carnificinas”.<sup>87</sup> Se esses exemplos recorrem mais ao terror que ao teatro, outras fáticas e técnicas mais teatrais visavam a confundir ou impressionar — tais como prender sinos nos cavalos, soar trombetas junto com o disparo das armas e usar canhões para derubar árvores ou construções.<sup>88</sup>

Uma modalidade particularmente teatral de demonstração de violência era a captura pública de um governante indígena (a sétima característica dos procedimentos adotados pelos conquistadores). A iniciativa que com frequência é considerada a mais audaciosa de Cortés — sua “mais surpreendente decisão”, nas palavras de Todorov — foi a captura de Montezuma depois da acolhida por este oferecida aos espanhóis em Tenochtitlán.<sup>89</sup> Conquanto os invasores fossem, por sua vez, prisioneiros dos astecas dentro de um dos palácios do centro da cidade, mantiveram o imperador asteca cativo a fim de garantir sua segurança. O ardil funcionou durante algum tempo; quando Montezuma perdeu sua utilidade para os hispânicos, estes o eliminaram — alegando mais tarde que uma pedra, atirada por um dos súditos do próprio imperador, causara-lhe um ferimento fatal na cabeça. Muito já se disse acerca do gênio e até da suposta originalidade dessa estratégia, com Cortés recebendo todo o crédito e Montezuma sendo acusado de permitir sua concretização.

Tal análise, contudo, ignora o fato de que freqüentemente os espanhóis tomavam com freqüência os governantes indígenas como reféns. A célebre captura de Atahuallpa por Pizarro em Cajamarca, em 1532, tende a ser considerada ou tão excepcional e engenhosa quanto a prisão de Montezuma por Cortés ou uma mera reprodução do caso asteca.<sup>90</sup> Na realidade, os líderes em Cajamarca — Pizarro, Benalcázar e Soto — eram todos veteranos, com vinte anos de experiência, da Conquista do Panamá e da Nicarágua, onde já aprisionavam governantes indígenas muito antes de qualquer espanhol sequer tomar conhecimento da existência do México.<sup>91</sup> Ademais, pouco antes da marcha contra Cajamarca, Pizarro havia capturado e mantido refém o soberano nativo da ilha de Puná, Tumbalá.<sup>92</sup>

O que houve de singular no confinamento de Atahuallpa foi uma simples questão de escala, dada a extensão de seu império, o tamanho de seu séquito e a quantidade de ouro e prata com que foi pago o seu “resgate” (os espanhóis o executaram no fim das contas). Como estratégica, todavia, sua captura nada teve de original; com efeito, a prática mostrou-se instintiva para os espanhóis desde os primórdios da Conquista. Quando, em 1493, o soberano nativo haitiano Guacanagarí pareceu fugir ao controle de Colombo, os espanhóis da expedição solicitaram autorização (nas palavras de Las Casas) “para tomar Guacanagarí prisioneiro, mas o Almirante no lhos permitiu”.<sup>93</sup> Não obstante, a incerteza de Colombo com relação a como controlar e tratar os indígenas logo possibilitou que as práticas hispânicas habituais se tornassem predominantes. Um ano depois, outro soberano haitiano, Caonabó, foi executado em público — depois do que os espanhóis começaram a capturar, seqüestrar, torturar e executar de forma rotineira governantes nativos por todas as ilhas caribenhas e, mais tarde, o continente contíguo.<sup>94</sup>

Quatro décadas após a primeira viagem de Colombo, pouco depois do aprisionamento de Atahuallpa em Cajamarca, um dos homens presentes, Gaspar de Marquina, enviou ao pai uma carta com uma

barra de ouro, parte do resgate pago pelo governante inca. Gaspar menciona casualmente que os espanhóis haviam capturado um dos "grandes senhores" locais e comenta que, "tendo-o prisioneiro, um homem pode percorrer sozinho quinhentas léguas sem ser morto".<sup>95</sup> Assim, em suma, Marquina inadvertidamente expõe ao mesmo tempo a natureza rotineira e a eficácia causal da captura de líderes nativos.



Assim como conquistadores proeminentes como Cortés e Pizarro nada tiveram de original em suas decisões e atos, tampouco os espanhóis — embora de modo geral se ativessem aos procedimentos corriqueiros da Conquista — lançaram mão de táticas exclusivas. Várias dessas rotinas faziam parte dos preceitos seguidos tanto por americanos nativos quanto pelos europeus ocidentais em suas guerras e expansões imperiais. Décadas antes das grandes invasões do continente americano pelos espanhóis, os castelhanos e seus vizinhos haviam desenvolvido práticas e costumes de conquista durante a aquisição de uma série de possessões no sul do Mediterrâneo, norte da África e Caribe.<sup>96</sup> Ao longo desse mesmo período, astecas e incas haviam igualmente desenvolvido estratégias corriqueiras para a rápida criação de vastos impérios — os primeiros estendendo-se do norte do México aos limites da área maia e os segundos, do Equador ao Chile.

→ Não obstante, os contextos mais amplos das atividades dos conquistadores foram sobrepujados por uma visão da Conquista que diminuiu nosso discurso histórico em seus eventos e protagonistas — visão que confere primazia de causa e explicação a um punhado de homens excepcionais. As realizações coletivas, evidentemente, têm menos apelo tanto para os próprios participantes quanto para os que lerão a seu respeito no futuro, visto que o impulso humano é procurar heróis e vilões. Explicar o Descobrimento e a Conquista em termos da visão de Colombo ou do gênio de Cortés sem dúvida teria levado de-

leite a ambos, mas tem constituído também um obstáculo a uma compreensão mais completa do "maior acontecimento desde a criação do mundo". A sorte pode ter sido "adversa" para Colombo, como ele mesmo declarou a respeito de seu amigo Vespúcio, mas não a história — como tampouco o foi para Cortés ou Pizarro.

**CAPITULO 7** **Macacos e homens**  
***O mito da superioridade***



“Conquistaremos toda esta terra, se Deus nos der saúde, pois os espanhóis têm a coragem de encarar os maiores perigos, consideram o combate sua glória e têm o hábito de vencer.”

Hernán Cortés (1521)

“Os espanhóis estão perfeitamente certos em governar estes bárbaros do Novo Mundo e ilhas circunvizinhas — que são em prudência, engenhosidade, virtude e humanidade tão inferiores aos hispânicos quanto são as crianças em relação aos adultos, e as mulheres, aos homens; havendo entre eles tanta diferença quanto entre os selvagens e cruéis e os muito misericordiosos; os prodigiosamente destemperados e os cordatos e moderados; e, atrevo-me a dizer, entre macacos e homens.”

Juan Ginés de Sepúlveda (1547)

“Conquistador, não há mais tempo, devo prestar-lhe minha homenagem.  
E embora eu tenha vindo para escarnecer, é com pena que agora parto.”

Procol Harum (1972)

Cortés: "Selvagens e impensados são os Termos que inventamos para costumes muito diversos dos nossos:

Para costumes muito gerados pela Natureza,

Pois todos os seus hábitos são gerados pela Natureza, Ao passo que nós, pela Arte, desdizemos o que a Natureza ensinou."

Extraído de *The Conquest of Granada by the Spaniards*, de John Dryden (1672)

Por que a história da Conquista é tão carregada de mitos? Para o antropólogo Samuel Wilson, empenhamo-nos por nos afatar da história do Contato e da Conquista em virtude da tragédia neles contida: "É mais seguro em termos políticos e menos oneroso em termos emocionais", sugere, "enervar a história com mitos e confiná-la nessa neblina". O argumento ajuda a esclarecer não só a moderna perpetuação desses mitos como também seu desenvolvimento durante o próprio período da Conquista. O fato de eles serem encontrados com força total tanto no século XVI quanto no XXI não deveria nos surpreender; afinal, como assinala Wilson, ainda hoje estamos no "período do contato".<sup>1</sup>

Nos tempos coloniais, os espanhóis tentaram confinar a história reduzindo-a ao que talvez seja a mais simples falácia já inventada para explicar o comportamento humano, as diferenças entre os povos e o resultado dos eventos históricos: a falácia da superioridade. Os cronistas da colônia e os historiadores modernos que os seguiram descobriram uma satisfatória simplicidade e segurança na seguinte tautologia: os espanhóis conquistaram os nativos porque eram superiores; e a prova de sua superioridade foi o fato de terem conquistado os nativos.

Em sua forma mais extrema, a inferioridade indígena era expressa em termos que negavam a própria humanidade dos nativos americanos. Nesse sentido, o comentário de Juan Ginés de Sepúlveda é citado com frequência por ser inequívoco a respeito. O jurista e filósofo espanhol afirmou com todas as letras que os nativos "mal mereciam ser classificados como seres humanos", e nem a conversão sincera e a su-

conjuntos com cinco explicações da Conquista cada. O primeiro é composto por razões míticas, baseadas nos equívocos apresentados neste livro. O segundo é constituído pelas minhas próprias justificativas antinúmicas do processo.



“Este grande chefe caiu em nosso poder por um milagre de Deus”, escreveu Gaspar Marquina ao seu pai na Espanha, logo após assistir à captura de Atahualpa em Cajamarca, “porque nossas forças jamais seriam suficientes para que dele nos apoderássemos ou fazermos o que fizemos, mas Deus concedeu-nos miraculosamente a vitória sobre ele e suas forças”.<sup>6</sup> Atribuir à intervenção divina um resultado que houvesse surpreendido ou mesmo aturdido os espanhóis era uma alternativa fácil à qual os conquistadores recorriam com frequência. Durante seu mandato como governador da colônia de Tierra Firme, centrada na Cidade do Panamá, Pedrarias de Avila sugeriu numa carta ao rei, em 1525, que tanto ele quanto os nativos locais eram da opinião de que as doenças epidêmicas seriam obra da Providência. Em suas palavras,

mais de quatrocentas mil almas converteram-se à nossa santa fé católica por livre e espontânea vontade, e outras vêm continuamente solicitar o batismo, porque os índios de uma cidade onde fora colocada uma cruz de madeira tentaram de balde atear-lhe fogo, para então todos os seus habitantes morrerem de pestilência, sem que sobrevivesse um irmão sequer; vendo tal prodígio e outros que ocorreram, os indígenas da região vieram todos ser batizados e pedir cruzes.<sup>7</sup>

Às vezes fazia-se referência a milagres específicos, como nos relatos de que o sítio de Cuzco pelos incas foi erguido em 1537 em virtude da aparição da Virgem Maria ou de Santiago (São Tiago), que teria arremetido em seu cavalo branco contra as forças andinas. De fato, as

narrativas coloniais do cerco, tanto de autoria de espanhóis quanto de andinos (Antonio de Herrera, Titu Cusi, Cristóbal de Molina, Garcilaso de la Vega e Frei Martín de Murta), consideram as intervenções de Santiago e da Virgem importantes fatores explanatórios, senão decisivos.<sup>8</sup> Noutras ocasiões, as referências a Deus pelos espanhóis do século XVI — à Sua vontade, Suas bênçãos, Sua intervenção — parecem de tal modo entranhadas no linguajar corrente da época que não podem ser consideradas nada além de fachadas convenientes para explicações e entendimentos complexos.

A pergunta mais óbvia que emanava da definição da conquista como *A* — um milagre era *por que* Deus interveio do lado dos espanhóis? A resposta era enganadoramente simples: porque os atos destes contavam com a sanção divina. De acordo com Sahagún, “Muitos foram os milagres realizados na conquista desta terra”. A frase consta da revisão por ele efetuada, em 1585, do relato da Conquista que constitui o Livro XII do *Código Florentino* — que, no entender do frade franciscano, atribuía crédito insuficiente a fatores como o papel da Providência. Antes de Sahagún, Las Casas e Motolinía já sustentavam, lançando mão de argumentos similares, que a Conquista fora ordenada por Deus a fim de levar o cristianismo para os nativos. Franciscanos e dominicanos — costumavam empenhar-se ao máximo no sentido de promover seus esforços de evangelização nas Américas não só como obra divina mas como a finalidade e justificativa da própria Conquista.<sup>9</sup>

Tal mensagem era de fácil transferência para o âmbito secular. Conquistadores como Cortés autodeclaravam-se agentes da Providência, e cronistas como Oviedo e Gómara delinearam a história da Conquista em torno da idéia de que o plano de Deus era unir o mundo sob a cristandade e a monarquia hispânica. Num discurso feito em Tlaxcala para congregar os espanhóis para o sítio à capital asteca, tal como posteriormente relatado ao rei, Cortés valeu-se desse conceito para corroborar sua argumentação de que a Conquista constituía uma “causa justa”.<sup>10</sup> “Em primeiro lugar, porque nos estávamos lutando contra um povo bárbaro pela disseminação da nossa Fé; em segundo lugar, com vistas ao

serviço de Vossa Majestade; terceiro, porque era necessário que protegéssemos nossas vidas; e, por fim, muitos dos nativos eram nossos aliados, com cuja ajuda contávamos".<sup>10</sup> Essa perspectiva possibilitava a justificação e explicação se entrelaçassem e apoiassem mutuamente. A Conquista tinha uma "boa razão" por constituir uma missão civilizadora contra os bárbaros — e foi bem-sucedida por contar com o auxílio da vontade de Deus e do "hábito de vencer" espanhol.<sup>11</sup> "Uma vez que tínhamos a bandeira da cruz e lutávamos por nossa fé e pelo serviço de nossa sagrada majestade", alegou Cortés em outra ocasião, "Deus concedeu-nos tal vitória e matamos muitas pessoas".<sup>12</sup>

Conquistadores como Marquina, Avila e Cortés podiam casualmente atribuir certos acontecimentos à vontade de Deus, mas seu entendimento do que os espanhóis estavam fazendo nas Américas — e como o faziam — era fomentado por uma cultura que situava o sentido da conquista como um milagre dentro do contexto ideológico da reivindicação hispânica de ser o povo eleito. Pelo escopo sem precedentes de suas explorações, conquististas e conversões de "idólatras", proclamou Gómara, "os espanhóis são mais dignos de louvor em todos os quadrantes do mundo. Bendito seja Deus que lhes conferiu tanta graça e poder".<sup>13</sup> Mesmo ao creditar-Lhe os milagres da Conquista, o conceito da superioridade hispânica era posto sempre em evidência.

A segunda explicação mítica imputa aos povos nativos a culpa por sua própria derrota. Trata-se de uma combinação da idéia de que a resistência indígena foi impedida ou estorvada pela crença de que os espanhóis eram (ou poderiam ser) deuses com a acusação correlacionada de que os soberanos asteca e inca seriam os responsáveis pela derrota de seus impérios. A superioridade hispânica é promovida pelo contraste entre os líderes nativos e espanhóis — quanto mais Montezuma é condenado como "timorato e covarde", nas palavras de Sepúlveda, tanto mais Cortés parece "nobre e valoroso" — e pela implicação de que a aparência, habilidades e comportamento dos conquistadores induziram os indígenas a confundí-los com deuses.

A terceira explicação mítica é derivada da idéia de que as culturas nativas seriam inadaptadas para a tarefa de rechegar a invasão espanhola. Mais uma vez, a inferioridade dos indígenas ajuda a alimentar o mito da superioridade hispânica. As primeiras concepções europeias dos americanos nativos incluíam a crença ou de que lhes faltava cultura em qualquer sentido "real" ou de que suas culturas eram enfraquecidas pela ingenuidade ou por um cerne moral deteriorado. Tais queixas deram origem também a justificativas do resultado da Conquista. Não admira que os espanhóis do século XVI as considerassem convincentes; no entanto, esses motivos de ordem cultural foram perpetuados também nos livros de história modernos. Por exemplo, J.H. Elliott, proeminente historiador inglês da Espanha e seu império, argumentava que apenas a tecnologia bélica dos invasores não bastava para elucidar a Conquista.

Deve ter-se verificado uma superioridade mais que puramente técnica, talvez decorrente, em última instância, da maior autoconfiança da civilização que produziu os *conquistadores*. No Império Inca, estes confrontaram uma civilização que, ao que parece, já havia ultrapassado seu auge e entrado em decadência; no Império Asteca, por outro lado, depararam-se com uma civilização ainda jovem e em processo de rápida evolução. Tanto um quanto o outro, portanto, foram surpreendidos no momento em que eram menos capazes de oferecer uma resistência eficaz. Ademais, eram ambos desprovidos de confiança em si mesmos, bem como em sua própria capacidade de sobrevivência num universo regido por divindades implacáveis, oscilando eternamente na iminência da destruição. O *conquistador*, ávido por fama e riqueza e extremamente confiante em sua capacidade de obtê-las, viu-se diante de um mundo fatalista, resignado à autocomiseração — e, ao sinal-da-cruz, conquistou-o.<sup>14</sup>

Essa passagem abrange grande parte da mitologia da Conquista: a Conquista é levada a cabo por um punhado de homens excepcionais e ávidos por ouro; os impérios nativos soborraram rapidamente;

indígenas são prejudicados por seu fatalismo e falta de confiança; e os espanhóis usufruem de uma dupla "superioridade", de ordem técnica e civilizacional. Elliott não culpa claramente a religião nativa, mas a idéia fica implícita na expressão "mundo fatalista", que corresponde a uma versão moderna da característica de "superstição" atribuída aos nativos pelos espanhóis da era colonial. Como observou Santiago Mendez, governador de Yucatán no começo da década de 1840, "superstição e credulidade caminham lado a lado" para os "Índios".<sup>15</sup>

Em 1949, o quadrista belga Hergé capturou de forma vívida atitudes aparentemente atemporais com relação aos indígenas em *O Tm-plo do Sol*, aventura ilustrada da série *Tintim* em que o heróico repórter viaja ao Peru. Num determinado plano, os prisioneiros aparentemente são Tintim e seus amigos (amarrados em estacas na Figura 18); num outro sentido, contudo, os andinos é que são cativos de uma cultura estática e primitiva.<sup>16</sup> O uso feito por Tintim de seu conhecimento de um eclipse iminente tem um magnífico efeito cômico, mas seu teatro só funciona por basear-se nas premissas europeias acerca da engenhosidade ocidental e do caráter supersticioso dos indígenas.

As primeiras histórias de Tintim desenhadas por Hergé passavam-se num mundo colonial de europeus civilizados e outros bárbaros, ao passo que suas histórias mais tardias e revisões de antigos trabalhos passaram a retratar um mundo pós-colonial imbuído de neocolonialismo. As aventuras de Tintim foram devoradas por gerações de estudantes europeus e vêm apresentando uma resurgência entre os adultos, atingindo vendas de dezenas de milhões de exemplares em todo o mundo.<sup>17</sup> A legitimidade de *Tintim* como representação reside, pois, na própria disseminação da série, mas além disso é confirmada pelo fato de que fontes menos cômicas, de historiadores populares e acadêmicos respeitadas, ainda hoje articulam visões da cultura nativa não muito diversas daquela ilustrada por Hergé.<sup>18</sup>

Michael Wood, por exemplo, sugere que os astecas curvaram-se à derrota porque "a sociedade asteca era, sem dúvida alguma, uma or-

dem moral dotada de uma espiritualidade arraigada, ainda que atormentada". Le Clézio vai ainda mais longe, asseverando que "os maias, os totonacas e os astecas eram tribos profundamente religiosas, absolutamente subservientes às determinações divinas e ao domínio de seus reis-sacerdotes".<sup>19</sup> Charles Dibble, num equívoco inspirado pela análise do *Códice Florentino*, à qual se dedicou por décadas, interpretou a Conquista do México basicamente em termos das propensões culturais dos astecas a serem "movidos a augúrios" e "permeados por um fatalismo resignado"; era um povo traumatizado pela aparente "ineficiência de sua magia e religião", bem como pela conclusão de que Cortés era Quetzalcoatl.<sup>20</sup>

Benjamin Keen, em seu popular livro didático sobre a história latino-americana, também encontra na comparação entre as civilizações europeia e indígena a causa do êxito da Conquista: "Os espanhóis eram homens da Renascença, com uma perspectiva basicamente secular, ao passo que os índios representavam uma visão de mundo mais arcaica, em que o ritual e a magia desempenhavam um papel significativo." Os espanhóis viam a guerra como "uma ciência ou arte"; já "para astecas e incas, a guerra possuía um forte componente religioso". Jacques Soustelle, em seu clássico estudo dos astecas, publicado pela primeira vez em francês cinquenta anos atrás, defendeu a mesma tese. A civilização asteca "ruiu sobretudo por ter sido paralisada por sua concepção legal e religiosa da guerra", argumentou; "em virtude de sua inadequação material ou intransigência de sua mentalidade, deu-se a derrocada". O que se justapõe, pois, é uma civilização progressista e outra tradicional. Independentemente de como o argumento é estruturado, a falácia da civilização *versus* barbárie sempre se esconde em sua base.<sup>21</sup>

Uma das mais antigas definições da diferença entre civilização e barbárie é a do uso da escrita. A quarta explicação mítica da Conquista pressupõe a superioridade hispânica em termos linguísticos, de alfabetização e na leitura de "signos". O comentário de Colombo, que à primeira vista parece extraordinário, de que ele levaria indíge-

nas do Caribe à Espanha “a fim de que aprendam a falar” — encontra ecos na declaração de Le Clézio de que a Conquista do México “deu-se graças à principal arma de Cortés — seu domínio linguístico”. Colombo e Le Clézio pretendem comparar não mutismo e vocalização, mas melhores e piores comunicadores. Desse modo, apesar da queixa de Todorov de que seu entendimento da Conquista em termos de uma derrota nativa “por meio dos signos” tenha sido “negligenciado até aqui”, o mito da superioridade da capacidade europeia de comunicação revela-se ao mesmo tempo profundamente arraigado e ainda pujante.<sup>22</sup> A célebre afirmação de Antonio de Nebrija — feita em sua Introdução à primeira gramática do espanhol a ser publicada — de que “o idioma sempre foi parceiro [*compañero*] do império” é citada frequentemente, em parte devido a todo o simbolismo existente no fato de seu livro ter sido oferecido à Rainha Isabel no ano de 1492.<sup>23</sup> Outra razão de suas recorrentes citações, porém, é o fato de a frase servir de mote para apoiar a idéia de que os espanhóis gostavam do que Samuel Purchas denominou “vantagem literal”. Purchas, escrevendo na Inglaterra do início do século XVII, queria dizer que a escrita conferia a seus detentores uma vantagem tanto de ordem moral quanto tecnológica. Os modernos defensores dessa tese abandonaram sua dimensão moral (quase revertendo-a, na verdade, em sua simpatia anticolonial pelos povos indígenas), mas se agarraram à sua faceta tecnológica.<sup>24</sup>

O desenho do frontispício da primeira edição da *Historia Verdadera* de Díaz (Figura 19) retrata Cortés à esquerda, sob uma placa onde se lê o termo latino *manu* (“à mão”, i.e., por meio de atos), e um frade à direita abaixo da palavra *ore* (“pela palavra”). Creio que a intenção do frade mercedário que encontrou e editou o manuscrito de Díaz (se foi o mesmo a elaborar o frontispício) era indicar que o papel da conversão e dos frades foi tão relevante quanto o de Cortés e dos conquistadores. No plano simbólico, as imagens refletem as visões da Conquista que concorriam no imaginário espanhol, bem como as racionalizações que a cercavam, sua importância e as causas de seu êxito.

provavelmente seria um exagero interpretar tal simbolismo como uma definição da Conquista em termos de “uma conquista da linguagem e pela linguagem”.<sup>25</sup> Por mais fundamental que tenha sido a participação desta na Conquista, tentar justificá-la em termos de signos, da linguagem ou da escrita seria aproximar-se demais da toca expressão de Sepúlveda do que Purchas denominou de “vantagem literal”: “Os índios”, declarou o espanhol, eram “homens pequenos, nos quais dificilmente se detectam traços de humanidade, e são não só destituídos de cultura como sequer sabem escrever”.<sup>26</sup>

A última explicação mítica tem origem na idéia de que a tecnologia bélica hispânica basta, por si só, para esclarecer a Conquista, algo em que nem os conquistadores acreditavam. Por mais que os armamentos tenham sido, com efeito, cruciais para o resultado da Conquista, essa versão exagerada de que foram determinantes acabou constituindo uma manifestação moderna do velho mito da superioridade. À medida que a concepção outrora dominante da superioridade civilizacional foi saindo de moda, a idéia da superioridade tecnológica espanhola confundiu-se como alternativa politicamente aceitável.

As primeiras expressões desse ponto de vista (nas cartas de Cortés ao rei e no relato de Díaz) tendem a fundir a percepção objetiva das discrepâncias entre tecnologias bélicas com outras hipóteses mais claramente baseadas na mitologia da Conquista. Mais tarde, as viagens de Ilarione da Bergamo pelo México na década de 1760 levaram-no a entender que o momento crucial da intervenção divina na campanha de Cortés foi a ocasião da descoberta, pelos espanhóis, de “salitre” na boca do vulcão Orizaba, com que se poderia fabricar pólvora. “Pois, se não houvesse pólvora”, escreveu Ilarione,

para carregar os canhões em campo com seus cartuchos e fazer frente à tremenda quantidade de índios que resistiam ao seu avanço país adentro (e — segundo conta a história — quase escurreciam o céu com o imenso número de flechas que desferiam contra os agressores), não teriam podido dizimá-los como fizeram. (...) Aquelles índios infelizes

tinham razão em dizer que os espanhóis manipulavam os relâmpagos quando ouviam o barulho e viam o fogo da artilharia e, ao mesmo tempo, incontáveis números de suas fileiras caíam mortos.<sup>27</sup>

Há versões recentes desse ponto de vista colonial de que a superioridade do armamento hispânico é que seria a responsável pela subjugação dos supersticiosos nativos. Carlos Fuentes afirma que, tanto no México quanto nos Andes, “dois fatores se conjugaram para derrotar a nação Índia: mito e armas”.<sup>28</sup> Todavia, as versões modernas dessa tese em geral concentram-se apenas no aspecto militar, tornando-se assim potencialmente perniciosas devido à facilidade de serem expressas em termos materiais em vez de humanos — com o que o uso da palavra “superioridade” para discutir a Conquista reveste-se de uma aparência benigna.<sup>29</sup>

Os historiadores que se valem do termo “superioridade” não vêem os nativos como bárbaros; pelo contrário, a palavra tende a ser utilizada no contexto de debates neutros sobre as especificidades militares de determinado segmento da Conquista. O que torna a intensa ênfase na assim chamada superioridade militar *potencialmente* perniciosa, contudo, é a possibilidade de ser entendida como uma retomada aceitável do antigo mito da superioridade. *Sites* da internet dedicados à Conquista não raro a explicam em termos da tecnologia bélica europeia, ao passo que os nativos tendem a ser julgados primitivos ou ignorantes por não haverem também desenvolvido uma tecnologia similar. As armas de fogo e o aço são salientados como fatores principais, mas os indígenas — sobretudo Montezuma, transformado em bode expiatório — ainda tendem a ser vistos como “supersticiosos e fracos”.<sup>30</sup>

Quando a questão tecnológica é retirada do contexto e privilegiada como única vantagem hispânica — ou pelo menos aquela predominante —, toda a Conquista fica reduzida ao choque entre superioridade e inferioridade bélicas. Por trás desse choque, porém, esconde-se o confronto mais problemático entre civilização e barbárie. Esteja o foco

nas armas, palavras, idéias ou intervenção divina, enquanto partirmos da premissa de que os espanhóis eram em algum sentido melhores que os nativos americanos não chegaremos a um melhor entendimento da Conquista.



Nesta última seção do capítulo pretendo apontar cinco fatores que, juntos, melhor elucidam o resultado da Conquista. Nenhum deles é original de todo; não encontrei a chave perdida da caixa de Pandora das explicações infalíveis da Conquista. Por outro lado, isso significa que todos os cinco — sobretudo os três primeiros — são bem fundamentados, bem documentados e de fácil detecção no registro histórico.

Os conquistadores possuíam dois grandes aliados, sem os quais a Conquista não teria ocorrido. Um foram as enfermidades. As Américas ficaram isoladas do resto do mundo por dez mil anos. Em virtude do maior volume populacional e da maior variedade de animais domésticos (dos quais se originaram doenças como varíola, sarampo e gripe) do Velho Mundo, os europeus e africanos desembarcaram no Novo Mundo carregados com toda uma gama de germes mortais. Embora estes ainda provocassem mortes no Velho Mundo, seus habitantes haviam desenvolvido níveis de imunidade relativamente altos em comparação com os americanos nativos, que morriam num ritmo e em números assombrosos. No século e meio que se seguiu à primeira viagem de Colombo, a população indígena da América sofreu uma redução de 90%.<sup>31</sup>

Os surtos epidêmicos exerceram um impacto imediato nas invasões dos Impérios Asteca e Inca. Quando Prescott atribuiu a queda de Tenochtitlán a “causas mais poderosas que as da intervenção humana”, estava, de certo modo, correto. A capital asteca caiu não pela força das armas hispânicas, mas sim devido a doenças e à praga. O cerco à ilha sobre a qual se erguia a cidade interrompeu o fornecimento de víveres alimentícios — mas, enquanto a fome se aproximava, os

defensores acabaram sucumbindo à praga ou a doenças. Ao que parece, a varíola foi a grande culpada. Ao percorrerem a cidade devastada, os espanhóis e seus aliados nauas depararam-se com pilhas de cadáveres e moribundos amontoados, infestados de pústulas reveladoras. Como mais tarde diria o cronista franciscano Sahagún, “as ruas estavam tão apinhadas de mortos e enfermos que nossos homens caminhavam por cima de corpos”.<sup>32</sup>

As doenças atravessaram as Américas mais rápido do que conseguiram seus portadores, os europeus e africanos. O sucessor de Montezuma, Cuitlahuac, foi morto pela varíola durante o cerco de Tenochtitlán, mas o imperador inca Huayna Capac — e, em seguida, seu sucessor — pereceram ambos da doença antes mesmo da chegada de Pizarro e seus colegas ao império. Deflagrou-se então uma disputa sucessória; os dois filhos sobreviventes de Huayna Capac, Atahualpa e Huascar, tentaram dividir o poder, mas o arranjo não tardaria a degenerar-se numa guerra civil que Pizarro logrou manipular em benefício próprio.<sup>33</sup>

Os dois grandes impérios nativos do início do século XVI não foram as únicas regiões afetadas pelas doenças do Velho Mundo. É improvável que algum canto das Américas tenha escapado incólume. O vírus que matou Huayna Capac em fins da década de 1520 provavelmente era uma continuação da grande pandemia que desembarcara no Caribe em 1518. Levada para o México pela expedição de Narváez de 1519, foi difundida pelos espanhóis e africanos comandados por Cortés e Alvarado através do centro e sul do México e Guatemala adentro, e cruzou rapidamente a América Central no começo da década de 1520 para enfim espalhar-se por toda a América do Sul. Essa pandemia de varíola — por si só responsável pela morte de milhões de indígenas — foi seguida na década de 1530 por outra, letal, de sarampo, também disseminada da Mesoamérica para os Andes. Essas e sucessivas ondas de doenças atingiram a América do Norte, dizimando a região densamente povoada do Baixo Mississipi, e avançaram para sudoeste, penetrando na Amazônia, onde grandes cidades foram reduzidas a meras

aldeias ou despovoraram-se de todo. Embora tenha auxiliado e acelerado a Conquista entre nauas, maias e andinos, porém, a doença desviou a invasão das áreas, como no Baixo Mississipi e na Amazônia. O número de sobreviventes era demasiado pequeno para atrair grandes expedições, e até os tempos modernos, não havia sequer como estimar os níveis demográficos dos impérios nativos originais.<sup>34</sup>

A segunda grande aliada dos conquistadores foi a desunião dos nativos, em suas inúmeras formas e manifestações. A identidade indígena era um fenômeno extremamente localizado; os povos nativos genéricos eram membros de determinada comunidade ou cidade-Estado, muito raramente como integrantes de grupos étnicos maiores, e definitivamente não como nada que sequer se aproximasse da categoria de “índios” ou “nativos”. A natureza da identidade indígena deu origem, portanto, a uma desunião entre os nativos cujo florescimento foi incentivado pelos invasores. O número de nativos aliados à causa hispânica, crucial para a Conquista, quase sempre superava muitas vezes o de membros espanhóis e africanos de cada expedição. Sua participação, salvando as companhias do desastre e virando o jogo nas guerras da Conquista, não poderia ser mais significativa. Como admitiu o próprio Cortés num momento de franqueza, um dos fatores a favor dos espanhóis era o fato de “muitos dos indígenas serem nossos aliados e nos auxiliarem”.<sup>35</sup> Dois outros exemplos de como a desunião dos nativos favorecia os espanhóis foram a atuação dos intérpretes nativos e a cooperação e colaboração de seus governantes — estas geralmente ocasionadas por seu desejo de beneficiar suas próprias dinastias e comunidades, em detrimento das vizinhas.

O terceiro fator bem comprovado que ajuda a esclarecer o resultado da Conquista é o da tecnologia bélica. Muito se fala das cinco vantagens militares de que os espanhóis supostamente desfrutavam: as armas de fogo, o aço, os cavalos, os cães de guerra e a competência necessária para maximizar o impacto dos itens anteriores. Entretanto, a superioridade por elas proporcionada foi decrescendo ao longo do período da Conquista, à medida que os nativos que ainda



do comprimento exato para atingir inimigos desprovidos de armas similares. Pizarro preferia lutar de pé para melhor manusear sua espada; descrições de batalhas em que o manejo dessa arma pelos espanhóis promove uma terrível carnificina entre as forças nativas apimentam os relatos da Conquista de Cieza de León, Cortés, Díaz, Gómara, Jerez, Oviedo y Baños, Zárate, entre outros. O historiador militar John Guilmartin sintetiza muito bem a questão: "Por menos que o êxito dos espanhóis em combate possa ser atribuído a um único fator, é inegável que os demais elementos de sua superioridade tinham efeito dentro de uma matriz tática estabelecida pela eficácia de suas armas brancas."<sup>42</sup>

- ↪ Essa trilogia — doenças, desunião dos indígenas e o aço espanhol — responde por boa parte do resultado da Conquista. Basta remover um de seus elementos para que a probabilidade de fracasso das expedições lideradas por Cortés, Pizarro e outros fique muito alta. Como observou Clendinnen acerca da guerra hispano-asteca, espanhóis e nativos estavam cientes de que a Conquista aconteceu "por um fio" — o que vale, em grande parte, para o processo inteiro.<sup>43</sup> As expedições malogradas foram mais numerosas que as bem-sucedidas, e o destino de companhias como as das primeiras tentativas de Montejó de subjuagar Yucatán, as das primeiras campanhas de penetração na *sierra* ao norte de Oaxaca ou a da jornada de Pizarro e Orellana pela Amazônia foi fonte de exemplos e advertências.<sup>44</sup> Os espanhóis eram vitimados pela mortandade contínua decorrente de ferimentos fatais, fome, doenças e assim por diante, e os claudicantes sobreviventes retornavam à Espanha ou refugiavam-se em enclaves coloniais espalhados pelas costas e ilhas; volta e meia, contudo, esse resultado era evitado graças às armas de aço, que permitiam aos espanhóis resistir por tempo suficiente para que seus aliados indígenas acrescessem em seu socorro, enquanto a onda epidêmica seguinte rompia as defesas nativas.
- ↪ Um quarto fator também desempenhou um papel importante: a cultura bélica. Por exemplo, os astecas foram prejudicados por certas convergências de batalha ignoradas pelos hispânicos. Os métodos de

guerra astecas salientavam a observação de cerimônias que antecediam as batalhas — que eliminavam a possibilidade de ataques de surpresa — e a captura de inimigos para posterior execução ritual, em vez de matá-los no ato.<sup>45</sup> Os conquistadores ficavam ultrajados com o aparente descêndem dos indígenas pela vida humana, tal como manifestado nos elaborados rituais de "sacrifício" humano; da perspectiva festo nos elaboreados rituais de "sacrifício" humano; da perspectiva asteca, no entanto, o desrespeito ocorria por parte dos espanhóis, que assassinavam nativos em massa, abatiam não-combatentes e matavam à distância.<sup>46</sup> Com efeito, toda a pompa e ritual com que os astecas — e, em certa medida, todos os mesoamericanos — preferiam tirar a vida dos adversários sugere um profundo respeito, em contraste com as práticas hispânicas, que parecem indiscriminadas e insuficientemente ritualizadas.

Não obstante, a cultura bélica deve ser levada em conta junto com outros fatores causais por diversos motivos. Primeiro, por constituir apenas um aspecto dos combates ocorridos durante as invasões hispânicas da Mesoamérica. Tanto espanhóis quanto nativos entregavam-se ocasionalmente ao assassinato de não-combatentes, às chacinas e a ataques à distância (os indígenas faziam um uso muito eficiente do arco e flecha), assim como a exibições rituais de violência pública e execuções ritualizadas — como no caso da morte de senhores nativos em fogueiras montadas nas *plazas* de suas cidades. Segundo, esse ponto aplica-se sobretudo aos astecas, menos a outros mesoamericanos como mistecas e maias, e muito pouco aos andinos e outros indígenas.<sup>47</sup> Terceiro, o contexto mais amplo da questão dos diferentes métodos marciais não corresponde tanto às diferenças culturais em geral entre espanhóis e nativos, como se costuma crer, mas sim às circunstâncias dos conflitos. Os nativos estavam lutando em sua própria terra; os espanhóis não. Estes nada tinham a perder, além da própria vida. Pode parecer bastante — Cortés disse ao rei que os conquistadores prevaleceram, em parte, porque "era necessário que protegêssemos nossas vidas".<sup>48</sup> Mas os indígenas defendiam também suas famílias e lares, o que os predispunha a uma maior facilidade para negociar, assimilar os

invasores e procurar maneiras de evitar guerras em grande escala ou demasiado prolongadas. Embora Dibble descreva a visão “sazonal” que os astecas tinham da guerra (“havia o tempo de plantar, o tempo de colher e o tempo de lutar”) como algo específico de sua cultura, essa era uma consideração prática que teria ocorrido a qualquer americano nativo — e pelos espanhóis também, se estivessem lutando dentro de casa.<sup>49</sup>

Por fim, a Conquista espanhola só pode ser plenamente compreendida se situada no contexto histórico mais amplo da expansão ultramarina. Essa história mais ampla não fala de uma superioridade espanhola, ou mesmo da Europa Ocidental, mas aborda, ao contrário, um complexo fenômeno da história mundial que transcende as peculiaridades da Conquista espanhola das Américas. Se enfocarmos apenas o século que se seguiu às viagens de Colombo, veremos os guerreiros astecas e incas derrotados, os nativos da África ocidental escravizados e os espanhóis, diante da perspectiva de erigirem um império mundial. Contudo, tal expansão começou com a ascensão de impérios fora da Europa, com os astecas se espalhando pela Mesoamérica, os incas dominando ao Andes e, na África Ocidental, o Império Songhai se erigindo ao longo do Mali; na Europa, otomanos e moscovitas deram início à construção de seus impérios antes dos espanhóis, assim como os portugueses — que suplantaram seus vizinhos ibéricos na corrida por uma rota marítima para o Leste asiático; e, depois do século XVI, o próprio Império hispânico foi pouco a pouco eclipsado pelas redes coloniais e comerciais de holandeses, ingleses e franceses.<sup>50</sup>

Examinando-se a história humana ao longo de milhares de anos, a Conquista espanhola não passa de um mero episódio na globalização do acesso a recursos de produção de alimentos. As plantas e animais de determinados ambientes e regiões do Velho Mundo possuem maior potencial como alimento, proporcionando vantagens aos povos dessas regiões. Ao fim e ao cabo, contudo, por intermédio de embates desiguais esses elementos favoráveis acabaram sendo introduzidos em regiões que até então estavam para trás.

No caso da apresentação de novos alimentos pelos europeus aos indígenas americanos, a concomitante introdução de doenças do Velho Mundo tornou a batalha particularmente desequilibrada, sobretudo porque o colonialismo obstaculizava o acesso dos nativos aos novos recursos. Foi um processo demasiado amplo e complexo para ser entendido em termos da suposta e simples “superioridade” de um grupo de indivíduos sobre outro. O processo, ademais, continua incompleto. Atravessamos, ainda hoje, o longo período de embates desiguais e da gradual globalização de recursos.<sup>51</sup>